

Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos

Demonstrações Financeiras Individuais
e Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Política de destinação de sobras

Conforme Art. 60 do Estatuto Social, das sobras líquidas apuradas, foram deduzidos 10% para o Fundo de Reserva Legal e 5% para o FATES - Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social.

2. Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na “performance” da Cooperativa ou no resultado do exercício

Em 2023, a Unimed Curitiba demonstrou ser uma empresa forte, estabelecida e que vem conseguindo se manter robusta e sustentável mesmo diante de um dos momentos mais desafiadores da saúde suplementar. Isso porque tem como premissa a responsabilidade de assegurar estabilidade financeira e de valorização dos médicos cooperados, sem perder de vista o compromisso de oferecer excelência assistencial por meio de um trabalho coletivo e responsável, que coopera para promover saúde e bem-estar às pessoas em todas as fases da vida, de forma sustentável e com o nosso característico Jeito de Cuidar.

Ao completar 52 anos de fundação, a Cooperativa é considerada a maior operadora de planos de saúde do Paraná, a segunda maior operadora da região sul do Brasil e está entre as cinco maiores do Sistema Unimed. Essa história de sucesso é consolidada pelos 5.528 médicos cooperados, 1.776 colaboradores e uma rede credenciada composta por 377 prestadores, entre clínicas, hospitais e unidades laboratoriais (sendo 21 da Unimed Laboratório), que oferecem assistência aos 621.100 clientes. Atualmente, o índice geral de satisfação dos clientes é de 88,3%.

Ao longo desse ano, fomos certificados pelo quinto ano consecutivo com o selo de qualidade “Excelente empresa para trabalhar” no Brasil, concedido pela consultoria global Great Place to Work (GPTW). Elevamos nosso patamar junto à Organização Nacional de Acreditação (ONA) ao alcançar o selo nível 2 – Acreditado pleno e entramos para o seleto grupo de instituições reconhecidas por elevados padrões de segurança do paciente e pela gestão integrada de todo o processo de assistência à saúde. Com isso, o nosso Home Care é o primeiro serviço de atenção domiciliar da região sul do Brasil a receber essa acreditação e os serviços ambulatoriais prestados na unidade Germano Mayer e na unidade de Atenção Primária à Saúde (APS) Iguaçu estão entre os quatro do Sul a serem certificados pela ONA.

Alcançamos o 11º lugar entre os maiores planos de saúde do Brasil na 23ª edição do anuário Valor 1000, e na 33ª premiação do tradicional ranking das 500 maiores empresas do Sul divulgado pelo Grupo Amanhã e pela PwC Brasil ficamos em 2º lugar no indicador de receita líquida do segmento de saúde, ocupamos a 40ª posição entre as 100 maiores empresas do Paraná e o 104º lugar no ranking geral que contempla 500 maiores empresas. Recebemos o selo ODS SESI 2023 e fomos reconhecidos entre as empresas do Paraná que contribuem para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pelo oitavo ano. Nos destacamos na maior premiação de atendimento do Brasil pelo 5º ano consecutivo, ficando em 3º lugar entre as singulares do Sistema Unimed participantes e em 5º lugar na categoria geral de planos de saúde do Prêmio Reclame AQUI. Mantivemos o selo da Norma Brasileira ISO 9001:2015, vinculada à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que fiscaliza os procedimentos tecnológicos, físicos e humanos para gestão e qualidade e padronização de atividades e processos com foco em garantir a satisfação dos clientes através de auditoria externa. E fomos reconhecidos por atender aos requisitos do Programa Brasileiro GHG Protocol com o selo ISO 14.064 por utilizar as melhores práticas de mercado para o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (IEGEE) através de auditoria realizada pela Consultoria Externa Bureau Veritas.

Reconhecimentos e premiações que demonstram a nossa resiliência e capacidade de gerar valor em um ano tão atípico e desafiador do ponto de vista econômico. Ano marcado por recomposição de margens do negócio buscada pelos gestores no controle dos custos, despesas, crescimento no número de clientes e reajustes acima da média para clientes PJ que, aliados aos desdobramentos positivos na reversão de provisões PIC e PEONA entregamos um resultado positivo.

Em 2023, a economia manteve crescimento econômico em 2,92% (estimado) com controle da inflação em 4,62%. Esta condição, entre outras, nos favoreceu em crescimento de 34.275 vidas em 2023 (aumento de 5,84%), fechando o ano com 621.100 vidas.

Com o resultado positivo em 2023, a Cooperativa segue com caixa em níveis suficientes (R\$784 milhões) para a sua operação e crescimento sem necessidade de capital de terceiros.

Maternidade Nossa Senhora de Fátima:

A Unimed Curitiba atenta ao mercado concorrente e, buscando manter sua rede assistencial de qualidade, enxergou a necessidade estratégica de ter sua própria maternidade. Em 06 de dezembro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) com aprovação de 75,5% dos cooperados participantes foi deliberada a aquisição da Maternidade Nossa Senhora de Fátima, na forma de combinação de negócios. Fundada pelas irmãs da Congregação de São José de Chambéry em 1966, tradicional em Curitiba, com 8.400 m2 de área construída e terreno de 6.465 m2 no centro da cidade. Após conclusão da aquisição em janeiro de 2023, houve grande adaptação e modernização aos padrões de assistência da Unimed Curitiba, com vistas a se tornar o centro de referência ao tratamento da mulher no estado do Paraná.

Custo Assistencial:

Iniciamos 2023 cientes dos desafios para controlar os custos assistenciais, o que não foi somente preocupação da Unimed Curitiba, mas de todo o segmento da saúde suplementar. Diante disto, tomou-se como desafio incluir todos os gestores neste processo de controle de custos com diversas ações para controlar e mitigar todo o impacto de desperdícios.

No contexto de uma inflação médica sempre impactante no resultado, uma frequência de utilização crescente e aumento da carteira, condicionantes para agravar o custo assistencial, obtivemos êxito em nossos propósitos, entre eles destacamos a parceria com a Rede Credenciada, nossos Médicos Cooperados e nossas melhorias internas de processos.

Despesas Administrativas:

As despesas administrativas foram proporcionais aos desafios e crescimento da Cooperativa, porém ainda dentro do rigor orçamentário e aperfeiçoamento constante das nossas ferramentas de controle e gestão, com objetivo de recomposição de margem operacional em 2023.

3. Perspectivas e planos da administração para o exercício seguinte

O contexto de 2024 segue desafiador em manter as margens operacionais saudáveis com o norte na qualidade da assistência, redução do desperdício, projetos inovadores e recomposição da renda dos cooperados. Nossos gestores seguem engajados nestes propósitos buscando em suas áreas produtividade e oportunidades de projetos com esta finalidade.

Estamos preparados para os desafios de 2024 em manter a Cooperativa tecnologicamente atualizada propiciando melhor atendimento aos nossos clientes, eficiência na operação, perpetuação do negócio e geração de valor ao cooperado. Dentro do cenário de incertezas na economia para 2024 destacamos a tendência de estabilidade dos custos assistenciais, porém com preocupações com os índices de inflação médica, e crescimento econômico.

O Conselho de Administração (CA) junto com seus executivos deseja manter para a Unimed Curitiba uma sustentabilidade financeira e econômica, através de várias ações para controle da sinistralidade e para maximizar a comercialização de novas vendas, bem como atuar fortemente na retenção de clientes, visando propiciar um ganho real na remuneração dos seus sócios (cooperados).

Algumas ações previstas para 2024 com foco em ampliar o resultado da Unimed Curitiba:

1. Aumento na carteira de clientes com foco na margem;
2. Controle do Custo Assistencial e eliminação de desperdícios;
3. Recomposição da Margem;
4. Expansão dos programas de prevenção a saúde em serviços próprios
5. Seguimento na transformação Digital (automações, robotizações, inteligência artificial) para os negócios continuarem competitivos, melhorando nossa produtividade.
6. Consolidação do negócio “Maternidade Nossa Senhora de Fátima”, visando garantir renda aos cooperados, atendimento de qualidade para os clientes e geração de novas receitas com a atendimento a particulares, outras operadoras de planos de saúde e autogestão.

4. Descrição dos principais investimentos realizados

O ano de 2023 foi marcado por vários investimentos para suporte a capacidade de processamento, hardware, software além dos investimentos realizados no Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Fátima conforme citado acima. O grande objetivo foi a modernização buscando eficiência operacional e melhor atendimento ao cliente Unimed Curitiba. Os investimentos foram realizados com recursos próprios.

Investimentos - R\$/mil	2023	2022
Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Fátima	111.810	-
Imóveis	-	3.574
Hardware (servidor de TI)	3.024	2.275
Software	2.162	3.189
Móveis e utensílios	2.044	509
Instalações, máquinas e equipamentos	6.547	5.122
Total	<u>125.587</u>	<u>14.669</u>

5. Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados internamente na categoria mantidos até o vencimento

A capacidade financeira da Unimed Curitiba se mantém muito boa com um caixa de R\$783.896 milhões em 31 dezembro de 2023 (R\$892.301 em 2022 e liquidez geral de 1,28 (1,31 em 2022).

A manutenção da alta liquidez é seguida pela alta administração de forma a manter a segurança financeira perante cooperados, clientes e rede assistencial.

A Cooperativa, por meio de seus administradores, declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados internamente na categoria “mantidos até o vencimento” e que são mensurados pelo “custo amortizado”.

6. Investimentos realizados pela Cooperativa em sociedades coligadas e controladas com influência significativa

Investimentos - Em R\$/mil	2023	2022
Unimed Curitiba Saúde Ocupacional Ltda.	990	1.089
COMPAR - Sociedade de Compartilhamento Participações S.A.	664	717
Univision Informática S.A.	527	1.215
Emedbr Tecnologia Ltda.	-	682
Total	1.655	1.806

7. Indicadores econômicos

Um panorama econômico-financeiro da Cooperativa pode ser melhor analisado com a ajuda dos indicadores abaixo calculados de forma comparativa, conforme RN 518/2022:

			2023	2022
a. Margem de Lucro Líquida (MLL)	Mostra a relação entre o resultado líquido e o total das receitas com operação de planos de saúde (contraprestações efetivas).	MLL =	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Contraprestações Efetivas}}$	1,5% (2,7%)
b. Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	Mostra a relação entre o resultado líquido e o patrimônio líquido	ROE=	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	6,5% (10,9%)
c. Sinistralidade ou DM	Mostra a relação entre despesas assistenciais ou médicas, acrescidas do valor absoluto das contraprestações de corresponsabilidade cedida (CCT); e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde), acrescido do valor absoluto das contraprestações de corresponsabilidade cedida.	SINISTRALIDADE =	$\frac{\text{Eventos Indenizáveis Líquidos} + \text{CCT}}{\text{Contraprestações Efetivas} + \text{CCT}}$	85,3% 92,6%
d. Percentual de Despesas Assistenciais em relação às Receitas de Contraprestações (DM)	Mostra a relação entre despesas administrativas e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde), acrescidas do valor absoluto das contraprestações de corresponsabilidade cedida.	DM =	$\frac{\text{Despesas Administrativas}}{\text{Contraprestações Efetivas} + \text{CCT}}$	7,3% 7,6%
e. Percentual de Despesa Comercial em relação à Receita de Contraprestações (DC)	Mostra a relação entre despesas comerciais e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde), acrescido do valor absoluto das contraprestações de corresponsabilidade cedida.	DC =	$\frac{\text{Despesa Comercial}}{\text{Contraprestações Efetivas} + \text{CCT}}$	4,5% 4,8%
f. Percentual de Despesas Operacionais em relação às Receitas Operacionais	Mostra a relação entre despesas operacionais (assistenciais ou eventos indenizáveis líquidos, comerciais, administrativas e outras despesas operacionais), acrescidas do valor absoluto das contraprestações de corresponsabilidade cedida, e o total das receitas operacionais (receitas de contraprestações relacionadas a operações de planos de saúde e outras receitas operacionais), acrescidas do valor absoluto das contraprestações de corresponsabilidade cedida.	DOP =	$\frac{\text{Eventos Indenizáveis Líquidos} + \text{CCT} + \text{Despesa Comercial} + \text{Despesa Administrativa} + \text{Outras Despesas Operacionais}}{\text{Contraprestações Efetivas} + \text{CCT} + \text{Outras Receitas Operacionais}}$	100,6% 107,5%

			2023	2022
g. Índice de Resultado Financeiro (IRF)	Mostra a relação entre o resultado financeiro líquido e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde), acrescidas do valor absoluto das contraprestações de corresponsabilidade cedida.	IRF =	2,9%	3,5%
h. Liquidez Corrente (LC)	Mostra a relação entre os ativos conversíveis em dinheiro no curto prazo e as dívidas de curto prazo	LC =	1,61	1,68
i. Capital de terceiros sobre o Capital próprio (CT/CP)	Representa a relação entre o total das dívidas e o Patrimônio Líquido	CT/CP =	1,58	1,71
j. Prazo Médio de Contraprestações a receber (PMRC)	Representa o tempo médio que a operadora leva para receber os créditos de operação de saúde, já descontada a provisão para perdas sobre créditos (PPSC):	PMRC =	30	26
k. Prazo Médio de Pagamento de Eventos (PMPE)	Representa o tempo médio que a operadora leva para pagar aos prestadores o que já foi avisado:	PMPE =	44	43
l. Variação de Custos (VC)	Representa a variação dos custos relacionados a assistência à saúde entre um período e outro. Calculado pela fórmula, separadamente para eventos indenizáveis médico hospitalares.	VC =	3,5%	7,3%

Onde:
Evento indenizável per capita de cada ano = $\frac{\text{Eventos Indenizáveis Líquidos} + |\text{CCT}| - \text{Variação da PEONA}}{\text{Total de Beneficiários (somatório da quantidade de vínculos de beneficiários apurados nos 12 meses de cada ano)}}$

8. Declaração de não ocorrência de operações suspeitas ou declaração de que todas as operações suspeitas identificadas no exercício anterior foram informadas ao Conselho de Controle de Atividade Financeiras - COAF, conforme determina o inciso III do artigo 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. "

Declaramos que a Unimed Curitiba não teve ocorrências e tão pouco suspeitas de operações suspeitas. O nosso setor Gestão de Riscos, durante a realização de suas atividades de mapeamento e verificação da eficácia dos sistemas de gerenciamento de risco e controles internos, com destaque para a Matriz de Entidade e Autoavaliação, as quais, contemplam riscos operacionais, financeiros, estratégicos, riscos de imagem, riscos legais, riscos de mercado, subscrição e riscos de crédito não identificou operações suspeitas ou que possam vir a ser interpretadas como suspeitas no exercício de 2023. Ademais, em novembro de 2023 a Unimed Curitiba aprovou as Políticas de Prevenção à Corrupção, Suborno e Fraudes e Política de Conflitos de Interesses pautadas na Lei nº 12.846 - Lei Anticorrupção e Resolução Normativa nº 529/2022 que “dispõe sobre a identificação de clientes, manutenção de registros e prevê relação de operações e situações que podem configurar indícios de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.”

Curitiba, 14 de março de 2024

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Cooperados da
Unimed Curitiba – Sociedade Cooperativa de Médicos

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unimed Curitiba – Sociedade Cooperativa de Médicos (“Cooperativa”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Unimed Curitiba – Sociedade Cooperativa de Médicos em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Cooperativa e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Insuficiência no teste de adequação de passivos (TAP)

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 3.j e 44 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a determinação da política contábil adotada pela Cooperativa para o não reconhecimento da insuficiência apurada no Teste de Adequação de Passivos, a qual segue o entendimento manifestado pela ANS na Resolução Normativa nº 528 de 29 de abril de 2022. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da Governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Cooperativa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 14 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR


Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
CIRCULANTE		1.186.849	1.227.947	1.234.018	1.270.256	CIRCULANTE		736.994	732.957	746.741	742.743
Disponível	4	95	2.617	290	2.896	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		531.204	530.437	526.125	525.587
Realizável		<u>1.186.754</u>	<u>1.225.330</u>	<u>1.233.728</u>	<u>1.267.360</u>	Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG	16	67.103	58.817	67.103	58.817
Aplicações financeiras		<u>747.231</u>	<u>852.863</u>	<u>783.896</u>	<u>890.895</u>	Provisão para insuficiência de contraprestação - PIC	16	-	42.983	-	42.983
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	5.a	430.422	454.612	430.422	454.612	Provisão de eventos a liquidar para o SUS	16	20.447	11.858	20.447	11.858
Aplicações livres	5.b	316.809	398.251	353.474	436.283	Provisão de eventos a liquidar para outros prest. de serviços assistenciais	16	309.611	282.295	304.532	277.445
						Provisão de eventos ocorridos e não avisados	16	134.043	134.484	134.043	134.484
						Débitos de operações de assistência à saúde		<u>53.086</u>	<u>53.293</u>	<u>53.086</u>	<u>53.293</u>
						Contraprestações a restituir	17	3.676	3.363	3.676	3.363
						Receita antecipada de contraprestações	18	1.616	2.031	1.616	2.031
						Comercialização sobre operações de assistência à saúde	39	15.274	18.766	15.274	18.766
						Operadoras de plano de assistência à saúde	19	32.499	29.108	32.499	29.108
						Outros débitos de operações c/planos de assistência à saúde		21	25	21	25
						Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	20	63.755	73.100	69.564	76.896
						Tributos e encargos sociais a recolher	21	48.080	41.333	50.223	43.344
						Débitos diversos	22	37.258	30.982	44.132	39.811
						Conta corrente de cooperados	23	3.611	3.812	3.611	3.812
NÃO CIRCULANTE		703.943	559.379	670.909	533.425	NÃO CIRCULANTE		421.985	394.388	426.373	400.957
Realizável a longo prazo		<u>272.580</u>	<u>254.485</u>	<u>277.635</u>	<u>260.533</u>	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		<u>102.759</u>	<u>93.685</u>	<u>102.759</u>	<u>93.685</u>
Aplicações financeiras		-	1.406	-	1.406	Provisão de eventos a liquidar para o SUS	16	102.759	93.685	102.759	93.685
Aplicações livres	5.b	-	1.406	-	1.406	Provisões		<u>256.603</u>	<u>245.674</u>	<u>256.726</u>	<u>245.777</u>
						Provisões para ações judiciais	24	256.603	245.674	256.726	245.777
						Tributos e encargos sociais a recolher	21	53.027	43.852	53.027	43.852
						Débitos diversos	22	9.596	11.177	13.861	17.643
						Investimentos	13	<u>219.213</u>	<u>206.165</u>	<u>162.689</u>	<u>152.205</u>
						Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		65.240	61.415	8.716	7.455
						Participações societárias pelo método de custo		145.755	136.532	145.755	136.532
						Outros investimentos		8.218	8.218	8.218	8.218
Imobilizado		186.423	91.298	204.266	112.477	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		731.813	659.981	731.813	659.981
Imóveis de uso próprio		145.439	53.253	145.439	53.253	Capital social	25.a	304.991	280.883	304.991	280.883
Imóveis - hospitalares		92.897	-	92.897	-	Reservas de sobras	25.b	391.314	379.098	391.314	379.098
Imóveis - não hospitalares		52.542	53.253	52.542	53.253	Sobras à disposição da AGO		35.508	-	35.508	-
Imobilizado de uso próprio		20.689	18.636	27.053	25.201						
Imobilizado - hospitalares		3.949	-	3.949	-						
Imobilizado - não hospitalares		16.740	18.636	23.104	25.201						
Outras imobilizações		10.126	9.517	15.067	14.642						
Direito de uso de arrendamentos		10.169	9.892	16.707	19.381						
Intangível	15	25.727	7.431	26.319	8.210						
TOTAL DO ATIVO		1.890.792	1.787.326	1.904.927	1.803.681	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.890.792	1.787.326	1.904.927	1.803.681

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINSO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		3.158.584	2.638.507	3.156.169	2.636.243
Receitas com operações de assistência à saúde		3.200.790	2.667.219	3.198.375	2.664.955
Contraprestações líquidas	26	3.157.807	2.710.202	3.155.392	2.707.938
Varição das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	16.b	42.983	(42.983)	42.983	(42.983)
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	27	(42.206)	(28.712)	(42.206)	(28.712)
EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS		(2.691.546)	(2.442.752)	(2.665.105)	(2.415.376)
Eventos conhecidos ou avisados	28	(2.691.988)	(2.433.881)	(2.665.547)	(2.406.505)
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados		442	(8.871)	442	(8.871)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		467.038	195.755	491.064	220.867
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	29	17.692	20.358	17.692	20.358
Receitas de assist. à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		57.544	55.160	75.227	68.422
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	30	8.906	8.590	8.906	8.590
Receitas com administração de intercâmbio eventual - assist. médico hospitalar	31	21.372	23.387	21.372	23.387
Outras receitas operacionais	32	27.266	23.183	44.949	36.445
Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(1.073)	(928)	(10.037)	(9.408)
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde		(120.268)	(87.308)	(120.268)	(87.308)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	33	(94.322)	(65.130)	(94.322)	(65.130)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(859)	(4.262)	(859)	(4.262)
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assist. a saúde		-	1	-	1
Provisão para perdas sobre créditos de liquidações duvidosas		(25.087)	(17.917)	(25.087)	(17.917)
Outras despesas operacionais de assist. à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	34	(65.321)	(57.783)	(73.683)	(62.195)
RESULTADO BRUTO		355.612	125.254	379.995	150.736
Despesas de comercialização		(144.662)	(128.783)	(144.662)	(128.783)
Despesas administrativas	35	(232.742)	(203.130)	(247.620)	(216.266)
Resultado financeiro líquido	36	92.614	93.896	96.442	96.189
Receitas financeiras		129.277	118.600	134.051	122.794
Despesas financeiras		(36.663)	(24.704)	(37.609)	(26.605)
Resultado patrimonial	37	7.125	41.831	(3.700)	25.444
Receitas patrimoniais		16.232	44.223	5.183	27.125
Despesas patrimoniais		(9.107)	(2.392)	(8.883)	(1.681)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		77.947	(70.932)	80.455	(72.680)
Imposto de renda	38	(19.813)	1.030	(20.898)	(1.247)
Contribuição social	38	(7.317)	389	(7.747)	(504)
Impostos diferidos	38	(3.093)	(2.106)	(4.086)	2.812
RESULTADO LÍQUIDO		47.724	(71.619)	47.724	(71.619)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
RESULTADO LÍQUIDO	47.724	(71.619)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>47.724</u>	<u>(71.619)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de sobras				Sobras à disposição da AGO para distribuição	Total
			Reserva legal	Fundo garantidor para margem de solvência	Fundo Covid-19	Reserva de assistência técnica educacional e social		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		260.583	93.582	290.130	56.730	10.275	-	711.300
Integralização de capital	25.a)(i)	5.616	-	-	-	-	-	5.616
Retenção para capital social	25.a)(i)	17.857	-	-	-	-	-	17.857
Cotas a restituir	25.a)(ii)	(3.173)	-	-	-	-	-	(3.173)
Sobras do exercício		-	-	-	-	-	(71.619)	(71.619)
Utilização de reservas	25.b)(i) e (iv)	-	(10.136)	-	(56.730)	(10.275)	77.141	-
FATES - Operações com terceiros	25.b)(i)	-	-	-	-	5.522	(5.522)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		280.883	83.446	290.130	-	5.522	-	659.981
Integralização de capital	25.a)(i)	7.902	-	-	-	-	-	7.902
Retenção para capital social	25.a)(i)	19.175	-	-	-	-	-	19.175
Cotas a restituir	25.a)(ii)	(2.969)	-	-	-	-	-	(2.969)
Sobras do exercício		-	-	-	-	-	47.724	47.724
Utilização de reservas	25.b)(i) e (iv)	-	-	-	-	(5.522)	5.522	-
Destinação reserva legal - 10%	25.b)(ii)	-	4.178	-	-	-	(4.178)	-
Destinação FATES - 5%	25.b)(i)	-	-	-	-	2.088	(2.088)	-
FATES - Operações com terceiros	25.b)(i)	-	-	-	-	11.472	(11.472)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		304.991	87.624	290.130	-	13.560	35.508	731.813

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
(+) Recebimentos de plano de saúde		3.507.908	3.013.634	3.505.400	3.011.323
(+) Recebimentos de juros de aplicações financeiras		97.620	68.500	99.972	71.532
(+) Resgate de aplicações financeiras		3.369.771	2.746.207	3.451.546	2.848.538
(+) Outros recebimentos operacionais		1.220.236	1.103.593	1.231.034	1.112.680
(-) Pagamentos a fornecedores / prestadores de serviço de saúde		(4.011.322)	(3.525.258)	(3.955.805)	(3.467.259)
(-) Pagamentos de comissões		(145.664)	(124.030)	(145.664)	(124.030)
(-) Pagamentos de pessoal		(99.048)	(93.589)	(120.323)	(112.374)
(-) Pagamentos de pró-Labore		(7.043)	(6.302)	(7.043)	(6.302)
(-) Pagamentos de serviços de terceiros		(60.160)	(57.555)	(73.234)	(69.293)
(-) Pagamentos de tributos		(406.284)	(375.712)	(421.681)	(390.396)
(-) Pagamento de processos judiciais (cíveis, trabalhistas e tributárias)		(34.995)	(16.294)	(35.012)	(16.294)
(-) Pagamentos de aluguel		(2.269)	(2.342)	(2.698)	(3.100)
(-) Pagamentos de promoção / publicidade		(5.614)	(6.474)	(6.082)	(6.864)
(-) Aplicações financeiras		(3.267.416)	(2.675.070)	(3.345.970)	(2.786.992)
(-) Outros pagamentos operacionais		(40.079)	(34.563)	(44.543)	(36.521)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>115.641</u>	<u>14.745</u>	<u>129.897</u>	<u>24.648</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
(+) Outros recebimentos das atividades de investimento		7.441	1.619	-	1.619
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado – hospitalar	14	(97.362)	-	(97.362)	-
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado – outros	14 e 45	(4.254)	(7.421)	(6.376)	(11.480)
(-) Pagamento relativos ao ativo intangível	15	(20.056)	(3.111)	(20.141)	(3.189)
(-) Aquisição de participação em outras empresas	13	(3.973)	(3.647)	(3.510)	(4.455)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(118.204)</u>	<u>(12.560)</u>	<u>(127.389)</u>	<u>(17.505)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
(+) Integralização de capital social	25.a)(i)	7.902	5.616	7.902	5.616
(-) Pagamento de juros - arrendamento mercantil	22.b	(1.851)	(1.166)	(2.288)	(2.702)
(-) Pagamento de principal - arrendamento mercantil	22.b	(2.840)	(2.997)	(7.558)	(6.345)
(-) Outros pagamentos da atividade de financiamento		(3.170)	(3.591)	(3.170)	(3.591)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		<u>41</u>	<u>(2.138)</u>	<u>(5.114)</u>	<u>(7.022)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO DISPONÍVEL NO EXERCÍCIO		<u>(2.522)</u>	<u>47</u>	<u>(2.606)</u>	<u>121</u>
Disponível - inicial	4	2.617	2.570	2.896	2.775
Disponível - final	4	95	2.617	290	2.896
Aplicações livres no início do exercício	5.b	399.657	557.325	437.689	584.942
Aplicações livres no final do exercício	5.b	316.809	399.657	353.474	437.689
Redução das aplicações livres		(82.848)	(157.668)	(84.215)	(147.253)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A UNIMED Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos (“Cooperativa”) é uma Cooperativa de serviços médicos, constituída por cooperados, fundada em 6 de agosto de 1971 com sede na Avenida Affonso Penna, nº 297, município de Curitiba, Estado do Paraná, com atuação em Curitiba e nos municípios situados na região metropolitana. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cooperativa abrangem a Cooperativa e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Grupo”).

A Cooperativa objetiva a defesa econômico-social dos integrantes da profissão de médico, por meio do aprimoramento dos serviços de assistência médica, os quais são prestados sob forma coletiva ou individual. A Cooperativa pode instituir planos de assistência familiar ou empresarial, assinando contratos com usuários, em nome dos cooperados. Nos contratos celebrados, a Cooperativa representa os cooperados coletivamente, agindo como sua mandatária. A UNIMED Curitiba está registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 30.470-1.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, as normas instituídas pela própria ANS, Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, Lei das Sociedades Cooperativas nº 5.764/71.

A escrituração contábil segue os critérios estabelecidos pela Resolução Normativa nº 528/22, e seus anexos que instituiu a versão do Plano de Contas Padrão da ANS e o modelo de apresentação das demonstrações financeiras a ser adotados obrigatoriamente pelas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração da Cooperativa em 11 de março de 2024.

A Administração considera que a Cooperativa possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

Base para mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda funcional da Cooperativa que é o Real. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Cooperativa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se no próximo período contábil:

- Nota 6 - Créditos de operações com planos de assistência à saúde, referente aos valores registrados como provisão para perdas sobre créditos de liquidações duvidosas
- Nota 7 - Créditos de operações com planos de assistência à saúde não relacionados com plano de saúde da operadora, referente aos valores registrados como provisão para perdas sobre créditos de liquidações duvidosas
- Nota 11 - Ativo fiscal diferido.
- Nota 16 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde.
- Nota 24 - Provisões para ações judiciais.

Segregação entre circulante e não circulante

A Cooperativa efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante, aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários a “valor justo por meio do resultado”, estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento, (conforme nota explicativa nº 5 c).

Ativos de imposto de renda e contribuição social, diferidos, são classificados no Ativo não circulante.

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis, discriminadas abaixo, foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Cooperativa e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas:	Porcentagem de participação (%)	
	2023	2022
Unimed Curitiba Participações S.A.	100	100
Unimed Curitiba Saúde Ocupacional Ltda.	99	99
Unimed Corretora - EIRELI	100	100

Controladas são todas as entidades nas quais a Cooperativa detém o controle. A Cooperativa controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Cooperativa. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Cooperativa deixa de ter o controle.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Cooperativa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Cooperativa, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Cooperativa controle compartilhado da entidade e dá a Cooperativa direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método do custo de aquisição

Os investimentos da Cooperativa em entidades não coligadas ou controladas são registrados pelo custo de aquisição.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da entidade controlada.

b) Instrumentos financeiros

A Cooperativa efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 39, 40(R1), 46 e 48, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação estão descritos a seguir:

Disponível (caixa e equivalentes de caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Cooperativa para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Ativos financeiros

Conforme normatizado pelo CPC 48, os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Cooperativa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento, sendo classificados como: (i) custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e (iii) ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Cooperativa para a gestão desses ativos. Ou seja, como a Cooperativa gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. Desta forma, o modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando gera fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o saldo de principal em aberto. Essa avaliação é executada por instrumento financeiro. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo através do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Para contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento, a mensuração inicial é ao preço da operação.

Ativos financeiros classificados pelo critério de custo amortizado

Caso a Administração, e dentro do modelo de negócio adotado, tenha intenção e a capacidade de manter títulos de crédito até o vencimento, tais ativos financeiros são classificados como custo amortizado, e a precificação dos ativos financeiros classificados nesta categoria, é realizada através de um banco custodiante que possui metodologia própria de mensuração, e ou fornecida pelas respectivas entidades bancárias emissora dos títulos adquiridos.

Ativos financeiros classificados pelo critério de valor justo por meio de resultado

Caso a Administração, e dentro do modelo de negócio adotado, opta pela venda do ativo para satisfação das necessidades de caixa da operação, sem perda da rentabilidade contratada na aquisição do título, e tendo em vista que estes ativos são destinados exclusivamente para capital de giro da operação, tais ativos financeiros são classificados como valor justo por meio de resultado, e a precificação dos ativos financeiros classificados nesta categoria é realizada conforme demonstrativos oficiais disponibilizados pelas entidades bancárias emissoras dos respectivos ativos adquiridos.

Determinação do valor justo

Quando disponível, a Cooperativa determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

A hierarquia do valor justo prioriza informações disponibilizadas em mercados ativos para instrumentos idênticos (dados observáveis) aquelas com baixo grau de transparência (dados não observáveis). Abaixo são detalhados os três níveis de hierarquia:

- **Nível 1** – As informações são preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Cooperativa possa ter acesso na data da mensuração.
- **Nível 2** – As informações excluem os preços cotados em mercados ativos incluídos no Nível 1 e abrangem informações substancialmente observáveis pelo prazo integral do ativo ou passivo: preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares; preços cotados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou informações corroboradas pelo mercado.
- **Nível 3** – As informações não são observáveis para o ativo ou passivo, contudo correspondem aos melhores dados disponíveis pela Cooperativa na data de mensuração do valor justo, podendo incluir os próprios dados da Cooperativa.

A determinação do valor justo das aplicações financeiras da Cooperativa é efetuada da seguinte forma:

Quotas em fundos de investimentos

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos públicos

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), e sua precificação é realizada através de um banco custodiante (Banco Itaú) que possui metodologia própria de mensuração.

Título privados (renda fixa)

Certificados de Depósito Bancário (CDB), Compromissadas, Certificado de Depósito Cooperativista (RDC) e Letras Financeiras (LF) são calculados de acordo com suas características de resgate e condições contratadas com as entidades bancárias sendo: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado: são calculados com base na curva proveniente da taxa e condições contratualizadas com as entidades bancárias no momento de aquisição do ativo no qual o banco custodiante presta o serviço de precificação destes ativos.

Outros ativos financeiros

Outros ativos financeiros da Cooperativa compreendem os valores registrados nas rubricas “Créditos de operações com planos de assistência à saúde”, “Créditos de operações assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora” e outros títulos a receber, que são contabilizados pelo custo amortizado, decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, provenientes de contratos vigentes na data do balanço. Compreende as Contas a receber de clientes referente mensalidades em pré-pagamento, custo operacional, coparticipação dos beneficiários dos planos de saúde em consultas médicas e exames de diagnósticos e compartilhamento de risco, originários de atendimentos continuados ou habituais, realizados aos beneficiários de outras Unimed na rede de prestadores e cooperados da Unimed Curitiba.

Créditos de operações com planos de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Referem-se principalmente aos valores a receber e a faturar de operações de assistência à saúde prestados a outras Unimed. Destacam-se nessa modalidade os Intercâmbios, que tratam de atendimentos eventuais e habituais por uma operadora (Cessionária) a um beneficiário do plano de saúde de outra operadora (Cedente).

Nos atendimentos eventuais, a Cedente deve considerar o atendimento como de um prestador de serviço conveniado e reconhecê-lo como evento. Já a Cessionária está funcionando como simples prestadora de serviço (apesar de ser operadora) e tratará a operação de prestação de serviços não relacionados com seus planos de saúde, inclusive, segregando os valores do atendimento e de qualquer adicional cobrado pelo serviço prestado.

Quando se tratar de eventos habituais, a Cessionária registrará a operação de prestação de serviços em créditos de operações com planos de assistência à saúde, conforme normatiza a RN 528/2022.

Na prática são normalmente reconhecidos pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perda sobre créditos, se necessário.

Redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

Nos planos individuais com preço pré-estabelecido foram estimadas provisão para perdas para o saldo total dos contratos vencidos há mais de 60 dias, e todos os demais títulos em aberto dos clientes que se enquadram no critério citado.

Para os demais contratos e créditos de operadoras foi constituída provisão para perda estimadas referente ao saldo total dos contratos vencidos há mais de 90 dias, e todos os demais títulos em aberto dos clientes que se enquadram no critério citado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Cooperativa desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, retiradas ou pagas. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

c) Despesas de comercialização diferidas

Representados por comissões pagas pela comercialização de planos, pessoas físicas, e diferidas pelo prazo de 36 meses, de acordo com NTA - Nota Técnica Atuarial e aprovação da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar. O prazo de 36 meses corresponde ao período médio estimado de permanência dos usuários na Cooperativa.

d) Ativo fiscal diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias na data do balanço, considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis serão gerados para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

e) Estoques

Composto por insumos utilizados na prestação dos serviços de saúde. São registrados pelo custo médio de aquisição. A Cooperativa considera em sua provisão para perdas nos estoques materiais com prazo de validade expirado ou próximo da data de expiração. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 10.

f) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado, exceto para terrenos e edificações. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

<u>Classes do imobilizado</u>	<u>Vida útil estimada</u>
Edifícios	50 anos
Edificações hospitalares	60 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Móveis e utensílios	15 anos
Marca	22 anos

g) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

h) Arrendamento mercantil

A Cooperativa possui direito de uso sobre imóveis alugados, os quais são reconhecidos como arrendamento mercantil. A depreciação é reconhecida de forma linear conforme o prazo de cada contrato de arrendamento e as parcelas dos contratos são reconhecidas a valor presente.

i) Redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Cooperativa são revistos, no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda, que deve ser reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

j) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas são constituídas de acordo com notas técnicas atuariais e determinações contidas na Resolução Normativa - RN nº 574 de 03 de abril de 2023, e suas alterações.

A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA), eventos realizados na rede disponibilizada pela operadora para os planos com preço pré-estabelecido, é calculada por metodologia atuária própria a partir da estimativa final dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de run-off mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses classificadas pelas datas de ocorrência e aviso, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A PEONA SUS é originada de atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS) pelos beneficiários da Operadora, não é calculada com base em metodologia própria. A provisão é estimada conforme estabelecido no anexo VIII da RN 574/2023 da ANS, sendo o menor valor entre: 80% do total de eventos realizados no SUS nos últimos 24 meses e Fator Individual de PEONA SUS multiplicado pelo total dos eventos avisados nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, referentes aos procedimentos realizados na rede assistencial do Sistema (SUS).

A provisão para contraprestações não ganhas (PPCNG) compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, conforme período de cobertura de risco “pró-rata” dia, relativamente ao período não iniciado. Os valores são constituídos no passivo e são apropriados ao resultado conforme vigência da cobertura de risco.

A provisão de eventos a liquidar refere-se as consultas e honorários médicos, exames, internações, terapias, atendimentos ambulatoriais e ressarcimento ao SUS que foram realizados e devidamente notificados à Cooperativa pelos cooperados, prestadores de serviços e Agência Nacional de Saúde Suplementar até a data do balanço.

A Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio - PIC, referente à insuficiência de contraprestação/prêmio para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, quando constatada, é calculada pela metodologia da ANS através da multiplicação do FIC - Fator de Insuficiência de Contraprestação/Prêmio (anexo VII da RN 574/2023) pela soma dos valores das contraprestações pecuniárias de contratos de planos médico-hospitalares em preço preestabelecido nos últimos 12 meses (art. 17-B da RN 574/2023).

A Resolução Normativa Nº 528/2022 da ANS passou a regulamentar o Teste de Adequação de Passivos - TAP. O objetivo do TAP é, em determinada data-base, avaliar se o valor constituído nas Provisões Técnicas é suficiente para arcar com os compromissos futuros dos contratos (“Net Carrying Amount”), sendo que não há obrigatoriedade do reconhecimento de eventuais deficiências apuradas nos resultados.

As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram apuradas considerando as vigências dos contratos, limitadas ao horizonte máximo de 8 (oito) anos e segregador por carteira.

- Para o cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte foram utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes no momento da realização do TAP, ajustadas, quando for o caso, por critério de desenvolvimento de longevidade.
- As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA.
- Taxa de crescimento real do custo assistencial da Cooperativa.
- Taxa de reajuste real das mensalidades.
- Taxa de inflação implícita adicionadas as estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA.
- Taxa de rotatividade/cancelamento dos contratos.

O resultado do TAP para a data base de 31 de dezembro de 2023 não identificou insuficiências financeiras nas estimativas correntes dos fluxos de caixa entre receitas e despesas para o período abrangido entre 2024 e 2031 nas modalidades de contratação coletivo empresarial e coletivo por adesão. Na modalidade de contratação individual/familiar foram identificadas insuficiências nas estimativas correntes dos fluxos de caixa, conforme nota explicativa nº 44.

k) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

Provisões e Passivos contingentes

As provisões são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes, classificados como remotos, não são divulgados.

Obrigações legais

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

l) Apuração das sobras ou perdas

O fato gerador da receita de contraprestação dos contratos com preço preestabelecido é o período de risco decorrido, ou seja, o período em que a Cooperativa já prestou cobertura assistencial. Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

O fato gerador das despesas com eventos indenizáveis líquidos e corresponsabilidade transferida (custo assistencial), é o atendimento ao beneficiário do plano de saúde, os quais são reconhecidos na data em que a Cooperativa toma conhecimento do evento, e os eventos não avisados pelos prestadores de serviços e cooperados estão cobertos pela PEONA - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados.

As receitas e as despesas de Intercâmbios (atendimentos prestados para beneficiários de outras Unimed) em regime eventual e habitual (corresponsabilidade assumida) são reconhecidas no momento em que são avisadas pelos cooperados e prestadores de serviços.

As demais receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de resultado observando-se o regime de competência dos exercícios.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o resultado positivo dos atos não cooperativos e atos cooperativos auxiliares, adicionado da totalidade das receitas de aplicações financeiras, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que excede a R\$240 ao ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado positivo dos atos não cooperativos e atos cooperativos auxiliares, adicionado da totalidade das receitas de aplicações financeiras.

A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas citadas anteriormente e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Também registrou em seu ativo, a totalidade, do imposto de renda e a contribuição social diferidos, sobre prejuízos fiscais e bases negativas do exercício corrente.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

n) Benefícios aos empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. Fazem parte da política de benefícios concedidos aos empregados a assistência médica extensível aos seus dependentes, seguro de vida em grupo, garantia funeral, ticket alimentação, ticket refeição, auxílio creche, plano odontológico extensível aos seus dependentes, assistência para emergências em viagens, programa de educação com subsídio de até 50% para cursos de graduação, pós-graduação, MBA e mestrado, vale transporte. Em 2023 a política e benefícios culminou no pagamento do montante de R\$27.342 (R\$26.009 em 2022).

o) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Cooperativa avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Cooperativa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Ágio:

O ágio resultante da aquisição de controladas é normalmente apresentado nas demonstrações financeiras da controladora como parte do investimento. No caso de aquisições que não envolvam uma entidade legal, o ágio é apresentado nas demonstrações financeiras da controladora da mesma forma que nas demonstrações financeiras consolidadas, ou seja, juntamente com os ativos intangíveis.

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. O teste por perda de valor recuperável é feito anualmente, ou quando circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O ágio é alocado a uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins de teste de “impairment”. A alocação é feita para as unidades geradoras de caixa ou para os grupos de unidades geradoras de caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Mais valia:

A mais valia sobre o valor contábil dos ativos adquiridos resultante da aquisição de controladas é normalmente apresentada nas demonstrações financeiras da controladora como parte do investimento. No caso de aquisições que não envolvam uma entidade legal, a mais valia é apresentada nas demonstrações financeiras da controladora da mesma forma que nas demonstrações financeiras consolidadas, ou seja, e juntamente com os ativos tangíveis ou intangíveis adquiridos.

A amortização da mais valia é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos tangíveis e intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Redução ao valor recuperável:

No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. O valor recuperável de um ativo ou de determinada Unidade Geradora de Caixa (UGC) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para o setor em que opera a Unidade Geradora de Caixa.

p) Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método direto, e se encontra apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações de fluxo de caixa. Conforme solicitado no referido pronunciamento, a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, está sendo apresentada, na nota explicativa nº 42.

q) Pronunciamentos contábeis

Adoção de novas normas a partir de 1º de janeiro de 2023

A Cooperativa aplicou as seguintes alterações aos CPCs com adoção obrigatória para o exercício anual iniciado em 1º de janeiro de 2023, as quais não resultaram em qualquer impacto material nas divulgações das demonstrações financeiras:

- Alterações ao CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras que estabelecem exemplos e orientações relacionadas a aplicação de julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis;
- Alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o Lucro — que reduzem as exceções de reconhecimento inicial de impostos diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Simples Transação. Tal alteração fez com que transações que geram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais não sejam enquadradas nas exceções, como por exemplos arrendamentos e passivos de desativação;

- Alterações ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros - que esclarecem as distinções entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros.

Adoção do pronunciamento técnico CPC 48 – Instrumentos financeiros

A Resolução Normativa RN nº 528/2022 de 29 de abril de 2022, que dispõe sobre o plano de contas padrão requereu a adoção do seguinte pronunciamento a partir de 1º de janeiro de 2023.

CPC	Pronunciamentos
CPC 48	Instrumentos financeiros

O CPC 48 introduz um novo requerimento para a classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma estabeleceu três categorias para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com a adoção deste pronunciamento, a Administração não identificou alteração nos valores mensurados dos ativos e passivos financeiros decorrente da adoção desta nova normativa, apenas alteração da classificação.

Desta forma, a tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração originais no IAS 39/CPC 38 e as novas categorias de mensuração do IFRS 9/CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Cooperativa:

<u>Categoria</u>	<u>Classificação original de acordo com o CPC 38/IAS 39</u>	<u>Nova classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 9</u>
Ativos financeiros:		
Disponível	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Aplicações financeiras livres	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado
Aplicações financeiras livres	Mantidas até o vencimento	Valor justo por meio de resultado (*)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Créditos de op. assist. à saúde não rel. com planos de saúde da Op.	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros créditos a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos financeiros:		
Provisão de eventos a liquidar para outros prest. de serviços assistenciais	Custo amortizado	Custo amortizado
Débito de operações com planos de assistência à saúde	Custo amortizado	Custo amortizado
Débitos de op. assist. à saúde não rel. com planos de saúde da Op.	Custo amortizado	Custo amortizado
Débitos diversos	Custo amortizado	Custo amortizado
Conta corrente de cooperados	Custo amortizado	Custo amortizado

Além disso, a norma exige que a Administração da Cooperativa realize avaliação de seus ativos financeiros com base em doze meses ou por toda a vida do ativo e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros. O CPC 48/IFRS 9 definiu o modelo de expectativa de perda no crédito, o qual requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessa expectativa a cada data de reporte, para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A ANS não aprovou o novo modelo de perda esperada de crédito mencionado no CPC 48, sendo que, o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos aprovado pela ANS, continua aplicável ao cálculo de provisão de perdas sobre créditos.

r) Normas emitidas e não adotadas

A seguir serão listados os pronunciamentos técnicos (CPCs) novos e revisados emitidos e ainda não aplicáveis:

- IFRS 17/CPC 50 – Contrato de Seguros;
- Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto;
- Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante;
- Alterações à IAS 1 - Passivo Não Circulante com Covenants;
- Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 - Acordos de Financiamento de Fornecedores;
- Alterações à IFRS 16 - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”.

As normativas foram avaliadas pela Administração da Cooperativa, não havendo impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como para novos pronunciamentos emitidos e em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Administração aplicará a partir do momento em que forem aprovadas pela ANS, e para as aprovadas, a Administração vem fazendo acompanhamento, concluindo que não haverá impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cooperativa.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo para a Cooperativa.

4. DISPONÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa	10	10	24	24
Depósitos bancários	85	2.607	266	2.872
Total	95	2.617	290	2.896

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Aplicações garantidoras de provisões técnicas

Recursos garantidores das Provisões técnicas	Indexador	Controladora e Consolidado	
		2023	2022
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	CDI	180.344	100.456
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	IPCA+	-	5.325
Letra Financeira Bancária (LF)	CDI	-	13.866
Letra Financeira Bancária (LF)	PRÉ	-	26.710
Letras Financeiras do Tesouro LTN / NTN-B / LFT	SELIC	102.589	84.925
Letras Financeiras do Tesouro LTN / NTN-B / LFT	PRÉ	-	11.050
Letras Financeiras do Tesouro LTN / NTN-B / LFT	IPCA+	-	79.939
Fundos de Investimentos - ANS (i)	COTAS	147.489	132.341
Total		430.422	454.612

As aplicações classificadas como garantidores das provisões técnicas apresentam rentabilidade média de 98,60% do CDI.

- (i) São fundos de investimentos dedicados e administrados por instituições financeiras conveniadas à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de aplicações exclusivas de participantes do setor de saúde suplementar, e cujas cotas podem ser utilizadas como ativos garantidores e são automaticamente vinculadas à ANS.

b) Aplicações livres

São aplicações financeiras que não estão vinculadas à ANS em garantia das provisões técnicas e eventos a liquidar, ou seja, são de livre movimentação da Cooperativa.

	Indexador	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Cotas de fundos de investimentos	COTAS	35.317	68.401	35.420	71.905
Aplicações em Compromissadas	CDI	109.543	48.595	109.543	48.595
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	CDI	155.309	163.823	191.872	198.350
Recibo de Depósito Cooperativista (RDC)	CDI	16.640	1.871	16.639	1.871
Letra Financeira Bancária (LF)	CDI	-	41.824	-	41.824
Letra Financeira Bancária (LF)	IPCA+	-	75.143	-	75.144
Total		316.809	399.657	353.474	437.689
Circulante		316.809	398.251	353.474	436.283
Não circulante		-	1.406	-	1.406

As aplicações classificadas na categoria de Aplicações Livres apresentam rentabilidade média anual de 99,69% do CDI.

c) Cronograma de vencimentos das aplicações financeiras

A tabela a seguir apresenta os saldos de aplicações financeiras e períodos de vencimento:

	Controladora 2023			Controladora 2022				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses		Até 3 meses	De 3 a 12 meses		De 1 a 3 anos	Valor Contábil
		Valor Contábil						
Cotas de fundos de investimentos	35.317	-	35.317	68.401	-	-	68.401	
Aplicações em Compromissadas	109.543	-	109.543	48.595	-	-	48.595	
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	335.653	-	335.653	269.604	-	-	269.604	
Recibo de Depósito Cooperativista (RDC)	15.078	1.562	16.640	465	-	1.406	1.871	
Letra Financeira (LF)	-	-	-	41.260	116.285	-	157.545	
Títulos do Tesouro – LFT	102.589	-	102.589	-	175.912	-	175.912	
Cotas de Fundos de Investimento (ANS)	147.489	-	147.489	132.341	-	-	132.341	
Total	745.669	1.562	747.231	560.666	292.197	1.406	854.269	

	Consolidado 2023			Consolidado 2022				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses		Até 3 meses	De 3 a 12 meses		De 1 a 3 anos	Valor Contábil
		Valor Contábil						
Cotas de fundos de investimentos	35.420	-	35.420	71.905	-	-	71.905	
Aplicações em Compromissadas	109.543	-	109.543	48.595	-	-	48.595	
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	372.216	-	372.215	304.132	-	-	304.132	
Recibo de Depósito Cooperativista (RDC)	15.078	1.562	16.640	465	-	1.406	1.871	
Letra Financeira (LF)	-	-	-	41.260	116.285	-	157.545	
Títulos do Tesouro – LFT	102.589	-	102.589	-	175.912	-	175.912	
Cotas de Fundos de Investimento (ANS)	147.489	-	147.489	132.341	-	-	132.341	
Total	782.335	1.562	783.896	598.698	292.197	1.406	892.301	

6. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Contraprestação pecuniária a receber (a)	150.639	122.046
(-) Provisão para perdas sobre créditos de liquidações duvidosas	(33.819)	(31.898)
Subtotal	116.820	90.148
Participação de beneficiário sem eventos/sinistros indenizáveis (b)	29.895	24.824
(-) Provisão para perdas sobre créditos de liquidações duvidosas	(4.625)	(4.317)
Subtotal	25.270	20.507
Operadoras de planos de assistência à saúde (c)	120.329	75.965
(-) Provisão para perdas sobre créditos de liquidações duvidosas	(3.953)	(642)
Subtotal	116.376	75.323
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde (d)	3.228	6.982

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
(-) Provisão para perdas sobre créditos de liquidações duvidosas	(162)	(212)
Subtotal	3.066	6.770
Total	261.532	192.748

- a) As contraprestações pecuniárias a receber, referem-se a mensalidades em pré-pagamento e à cobrança dos serviços cobertos pelos planos de custo operacional.
- b) Os valores de participação de beneficiários em eventos, referem-se à coparticipação dos beneficiários dos planos de saúde em consultas médicas e exames de diagnósticos.
- c) Os valores de operadoras de planos de assistência à saúde referem-se ao compartilhamento de risco, originários de atendimentos continuados ou habituais, realizados aos beneficiários de outras UNIMED's na rede de prestadores e cooperados da Cooperativa.
- d) Referem-se substancialmente a valores a receber em negociação com outras Unimed's.

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde têm a seguinte composição por idade de vencimento:

	Controladora e Consolidado 2023					Total
	A Vencer	Vencidos				
		1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 91 dias	
Contraprestação pecuniária a receber	65.713	46.845	8.131	1.562	28.388	150.639
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	21.764	3.319	668	240	3.904	29.895
Operadoras de planos de assistência à saúde	117.483	1.847	18	552	429	120.329
Outros créditos de operações com planos de assist. à saúde	3.169	34	2	2	21	3.228
Total	208.129	52.045	8.819	2.356	32.742	304.091

	Controladora e Consolidado 2022					Total
	A Vencer	Vencidos				
		1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 91 dias	
Contraprestação pecuniária a receber	52.381	33.302	6.869	1.358	28.135	122.045
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	17.983	2.297	622	177	3.745	24.824
Operadoras de planos de assistência à saúde	75.490	152	19	167	137	75.965
Outros créditos de operações com planos de assist. à saúde	6.923	34	3	2	20	6.982
Total	152.777	35.785	7.513	1.704	32.037	229.816

7. CRÉDITOS OPERACIONAIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM OS PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Faturas a receber - intercâmbio (a)	41.549	48.307	41.549	48.307
(-) Provisão para perdas sobre créditos de liquidações duvidosas	(4.786)	(4.468)	(4.786)	(4.468)
Subtotal	36.763	43.839	36.763	43.839
Outros créditos	4.167	5.074	6.714	6.539
(-) Provisão para perdas sobre créditos de liquidações duvidosas	(914)	(1.685)	(914)	(1.685)
Subtotal	3.253	3.389	5.800	4.854
Total	40.016	47.228	42.563	48.693

(a) Intercâmbio a receber refere-se a faturas emitidas para as outras UNIMEDs, que tiveram seus clientes atendidos em regime eventual pelos médicos cooperados e prestadores de serviços credenciados pela Cooperativa. O intercâmbio a receber e outros créditos têm a seguinte composição por idade de vencimento:

Controladora	2023					
	A vencer	Vencidos				Total
		1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 91 dias	
Faturas a receber - intercâmbio	38.656	689	65	73	2.066	41.549
Outros créditos	2.504	707	306	68	582	4.167
Total	41.160	1.396	371	141	2.648	45.716

Controladora	2022					
	A vencer	Vencidos				Total
		1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 91 dias	
Faturas a receber - intercâmbio	45.624	660	65	77	1.881	48.307
Outros créditos	3.584	652	232	78	528	5.074
Total	49.208	1.312	297	155	2.409	53.381

Consolidado	2023					
	A vencer	Vencidos				Total
		1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 91 dias	
Faturas a receber - intercâmbio	38.656	689	65	73	2.066	41.549
Outros créditos	5.017	729	316	70	582	6.714
Total	43.673	1.418	381	143	2.648	48.263

Consolidado	2022					
	A vencer	Vencidos				Total
		1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 91 dias	
Faturas a receber - intercâmbio	45.624	660	65	77	1.881	48.307
Outros créditos	4.910	746	253	102	528	6.539
Total	50.534	1.406	318	179	2.409	54.846

8. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS

As despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado em 36 meses, de acordo com o prazo médio de permanência dos usuários de plano familiar e individual na Cooperativa, conforme estudo atuarial realizado anualmente e submetido à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Controladora e consolidado	2023	2022
Saldo inicial	29.209	26.016
Constituição	17.329	17.177
Apropriação	(15.978)	(13.984)
Saldo final	30.560	29.209
Circulante	16.891	16.020
Não Circulante	13.669	13.189

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRPJ a compensar	7.397	26.764	6.866	26.316
Imposto de Renda Retido na Fonte (a)	5.251	9.427	5.251	9.427
Retenção PIS e/ COFINS	20.392	18.882	20.810	19.334
Retenção órgãos públicos	5.736	3.717	5.736	3.717
CSLL a compensar	1.297	6.455	1.347	6.455
IRRF sobre faturamento	739	676	739	677
Outros	592	26	3.639	1.239
Total	41.404	65.947	44.388	67.165
Circulante	41.404	65.911	44.388	67.129
Não circulante	-	36	-	36

a) Tais valores referem-se à apropriação de imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras.

10. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Estoque de materiais e medicamentos	40.060	33.428	47.328	39.088
Adiantamento a fornecedores	19.744	2.369	19.744	2.369
Adiantamento a cooperados (a)	1.188	1.908	1.188	1.908
Juros sobre capital próprio a receber	3.007	2.541	-	-
Ativos assumidos – Maternidade Nossa Sra. de Fátima	3.985	-	3.985	-
Outros	3.403	3.735	3.851	1.891
Total	71.387	43.981	76.096	45.256
Circulante	71.006	43.581	75.715	44.856
Não circulante	381	400	381	400

a) Refere-se ao saldo do auxílio financeiro pago aos cooperados devido à baixa produção médica durante a pandemia do COVID-19. O referido valor está sendo descontado da produção médica desde fevereiro de 2021.

11. ATIVO FISCAL DIFERIDO

Seguindo as premissas do pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro, foram reconhecidos os ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais, conforme demonstrado abaixo, na expectativa de que no futuro estes valores sejam recuperados com o imposto corrente devido.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<u>Ativo</u>				
Crédito tributário sobre				
provisão para ações judiciais	46.323	43.700	46.365	43.735
Crédito tributário sobre prejuízo fiscal	-	4.835	4.137	9.623
Crédito tributário sobre provisão para perdas	9.080	8.094	9.956	9.319
<u>Passivo</u>				
Débito tributário sobre depreciação de mais valia				
em edificações	(119)	-	(119)	-
Débito tributário sobre amortização de marca	(2.326)	-	(2.326)	-
Total	52.958	56.629	58.013	62.677

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Depósitos judiciais - SUS (a)	102.759	93.685
Depósitos judiciais - Multa ANS (b)	20.289	20.771
Depósito judicial - ISS faturamento (c)	53.027	41.228
Depósito judicial - ISS auto de infração (d)	19.703	17.946
Depósitos judiciais - Reclamações cíveis (b)	8.892	7.842
Depósitos judiciais - Reclamações trabalhistas	902	1.353
Total	205.572	182.825

- a) Depósitos judiciais SUS, são valores discutidos administrativamente junto à ANS e indeferidos pela mesma, vide nota explicativa nº 16(c).
- b) Vide nota explicativa nº 24(b).
- c) Refere-se aos depósitos judiciais do ISS realizados na ação nº 0000220-95.2018.8.16.0179, em trâmite na 5ª Vara da Fazenda Pública de São José dos Pinhais, que tem por objeto a alteração promovida pela Lei Complementar nº 157/2016, a qual passou a estabelecer que o ISS devido pelas operadoras de planos de saúde deve ser recolhido nos municípios em que residem os tomadores dos serviços (ou seja, os contratantes dos planos de saúde).
- d) Refere-se aos autos de infração lavrados pelo Município de Curitiba discutidos na ação judicial nº 0000067-05.2018.8.16.0004, em trâmite na 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba. Vide nota explicativa nº 24(a).

13. INVESTIMENTOS

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

		Controladora				
	Método	Saldo em 31.12.22	Adição	Equivalência Patrimonial	Distribuição de Lucros	Saldo em 31.12.23
Unimed Curitiba Participações S.A (a)	Equivalência Patrimonial	58.379	-	11.147	(8.438)	61.088
Unimed Curitiba Saúde Ocupacional Ltda.	Equivalência Patrimonial	784	990	(232)	-	1.542
Sociedade de Compartilhamento - Participações Societárias S.A. (b)	Equivalência Patrimonial	2.252	664	(306)	-	2.610
		<u>61.415</u>	<u>1.654</u>	<u>10.609</u>	<u>(8.438)</u>	<u>65.240</u>
Unimed Participações S.A. (c)	Custo	70.035	2.983	-	-	73.018
Unimed do Estado do Paraná (d)	Custo	26.600	5.388	-	-	31.988
Unimed Seguradora S.A. (e)	Custo	29.466	-	-	-	29.466
Unimed Nacional - Cooperativa Central (d)	Custo	10.206	848	-	-	11.054
Greencred (d)	Custo	192	-	-	-	192
Outros	Custo	33	4	-	-	37
		<u>136.532</u>	<u>9.223</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>145.755</u>
Imóvel destinado à renda (g)	Outros	8.218	-	-	-	8.218
		<u>8.218</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.218</u>
Total		<u><u>206.165</u></u>	<u><u>10.877</u></u>	<u><u>10.609</u></u>	<u><u>(8.438)</u></u>	<u><u>219.213</u></u>
Consolidado						
	Método	Saldo em 31.12.22	Adição	Equivalência Patrimonial		Saldo em 31.12.23
Univision Informática S.A.(g)	Equivalência Patrimonial	1.788	527	(7)		2.308
Emedbr Tecnologia Ltda. (h)	Equivalência Patrimonial	3.415	-	383		3.798
Sociedade de Compartilhamento – Participações Societárias S.A. (b)	Equivalência Patrimonial	2.252	664	(306)		2.610
		<u>7.455</u>	<u>1.191</u>	<u>70</u>		<u>8.716</u>
Unimed Participações S.A. (c)	Custo	70.035	2.983	-		73.018
Unimed do Estado do Paraná (d)	Custo	26.600	5.388	-		31.988
Unimed Seguradora S.A. (e)	Custo	29.466	-	-		29.466
Unimed Nacional – Cooperativa Central (d)	Custo	10.206	848	-		11.054
Greencred (d)	Custo	192	-	-		192
Outros	Custo	33	4	-		37
		<u>136.532</u>	<u>9.223</u>	<u>-</u>		<u>145.755</u>
Imóvel destinado à renda (f)	Outros	8.218	-	-		8.218
		<u>8.218</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		<u>8.218</u>
Total		<u><u>152.205</u></u>	<u><u>10.414</u></u>	<u><u>70</u></u>		<u><u>162.689</u></u>

a) A UNIMED Curitiba Participações S.A., controlada 100% pela Cooperativa é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de junho de 2015.

A controlada tem como objeto social a prestação de serviços laboratoriais, serviços auxiliares de apoio diagnóstico a pacientes particulares ou através de empresas conveniadas, companhias seguradoras, entidades de assistência médico-hospitalar, sociedades cooperativas de médicos e outras modalidades de custeio da saúde, incluindo análises clínicas e vacinação, diretamente ou em caráter suplementar, por intermédio de laboratórios contratados, bem como outros serviços auxiliares de apoio diagnóstico.

- b) Sociedade de Compartilhamento – Participações Societárias S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de janeiro de 2018.

A coligada tem como objeto social a participação em outras sociedades não financeiras, as quais atuam na prestação de serviços de apoio ligados à área médica ou à gestão e administração de planos de saúde.

O investimento mantido pela Cooperativa representa 31,18% do capital votante em 31 de dezembro de 2023 (31,78% em 31 de dezembro de 2022), e a Administração da Cooperativa tem influência significativa nas decisões societárias da investida.

- c) A Unimed Participações S.A. é a “holding” do Sistema Unimed que controla as empresas Unimed Seguradora S.A., Unimed Administração e Serviços S/C Ltda. e Unimed Corretora de Seguros S/C Ltda. Criada em 1989, para representar os interesses das acionistas junto às controladas, captando recursos e acompanhando suas performances, sempre buscando otimizar a rentabilidade dos investimentos das sócias. Tem como missão contribuir para o crescimento e o fortalecimento econômico do Sistema Unimed, definindo estratégias e diretrizes para a otimização dos recursos financeiros investidos pelas sócias nas empresas controladas.

O investimento mantido pela Cooperativa representa 7,88% do capital votante em 31 de dezembro de 2023 (7,71% em 31 de dezembro de 2022) e a Administração da Cooperativa não tem influência significativa nas decisões societárias, motivo pelo qual são avaliados ao custo histórico.

- d) Refere-se a cotas de participação societárias em outras sociedades cooperativas e são avaliados pelo custo de aquisição.

- e) A Unimed Seguradora S.A. foi criada em 1990 e atua no ramo de seguros de vida em grupo, acidentes pessoais, planos de benefícios de previdência privada aberta, planos geradores de benefícios livres (PGBL) e seguro de vida gerador de benefícios livres (VGBL) para clientes pessoas física, jurídica e entidades governamentais em todo território nacional.

Os investimentos mantidos pela Cooperativa não representam 10% ou mais do capital votante de cada investida e a Administração da Cooperativa não tem influência significativa nas decisões societárias das investidas, motivo pelo qual são avaliados ao custo histórico.

O investimento mantido pela Cooperativa representa 2,11% do capital votante em 31 de dezembro de 2023 (2,11% em 31 de dezembro de 2022).

- f) Conforme assembleia geral extraordinária dos cooperados realizada em maio de 2017, o imóvel localizado na Rua Miguel Bertolino Pizzato, 1901, no município de Araucária-PR, é destinado à renda.

O referido imóvel é mensurado pelo custo de aquisição. O valor justo do respectivo imóvel é de R\$13.210 em 31 de dezembro de 2023 (R\$12.720 em 2022).

- g) A Univision Informática S.A atua no ramo de prestação de serviços de: programação, desenvolvimento e análise de sistemas de informática; assessoria e consultoria em informática, portais e provedores de conteúdo; desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não - customizáveis; licenciamento de software; suporte e manutenção em tecnologia da informação; licenciamento de software como serviço; desenvolvimento de software como serviço disponibilizado pela internet; e participação em outras Companhias, empresárias ou não empresárias, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

O investimento mantido pela controlada Unimed Curitiba Participações S. representa 33,33% do capital votante da investida (33,33% em 2022) e a Administração da Companhia tem influência significativa nas decisões societárias da investida

- h) A Emedbr Tecnologia Ltda. atua no ramo de atividades de desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizados.

O investimento mantido pela controlada Unimed Curitiba Participações S.A representa 50% do capital votante da investida. A Administração da Companhia e a tomada de decisões são em conjunto com os demais sócios.

Controladas - Informações Financeiras resumidas:

	31 de dezembro de 2023	
	Unimed Curitiba Participações S.A.	Unimed Curitiba Saúde Ocupacional Ltda.
Informações sobre as controladas:		
Ativo	83.626	2.008
Passivo	22.538	449
Patrimônio líquido	61.088	1.559
Lucro (prejuízo) do exercício	11.147	(234)
Número de ações de Capital	53.015.000	4.000.000
Informações sobre os investimentos nas controladas:		
Número de ações/quotas possuídas	53.015.000	3.960.000
Percentuais de participação	100%	99%
	31 de dezembro de 2022	
	Unimed Curitiba Participações S.A.	Unimed Curitiba Saúde Ocupacional Ltda.
Informações sobre as controladas:		
Ativo	83.914	1.372
Passivo	25.535	579
Patrimônio líquido	58.379	793
Lucro (prejuízo) do exercício	17.266	(861)
Número de ações de Capital	53.015.000	4.000.000
Informações sobre os investimentos nas controladas:		
Número de ações/quotas possuídas	53.015.000	3.960.000
Percentuais de participação	100%	99%

14. IMOBILIZADO

Controladora						
Descrição	Grupo	Taxa de depreciação anual	2023			2022
			Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	Hospitalar	-	36.440	-	36.440	-
Edificações	Hospitalar	1,67%	56.813	(356)	56.457	-
Móveis e utensílios	Hospitalar	6,67%	1.567	(25)	1.542	-
Instalações e equipamentos	Hospitalar	6,67%	1.932	(104)	1.828	-
Equipamentos de informática	Hospitalar	20%	610	(31)	579	-
Subtotal			97.362	(516)	96.846	-
Terrenos	Não Hospitalar	-	24.555	-	24.555	24.515
Edificações	Não Hospitalar	2%	30.870	(2.883)	27.987	28.738
Móveis e utensílios	Não Hospitalar	6,67%	5.114	(2.043)	3.071	2.967
Instalações e equipamentos	Não Hospitalar	6,67%	9.448	(3.906)	5.542	6.304
Equipamentos de informática	Não Hospitalar	20%	21.074	(12.947)	8.127	9.365
Imóvel direito de uso	Não Hospitalar	-	16.754	(6.585)	10.169	9.892
Outras imobilizações	Não Hospitalar	4%	17.267	(7.141)	10.126	9.517
Subtotal			125.082	(35.505)	89.577	91.298
Total			222.444	(36.021)	186.423	91.298

Consolidado						
Descrição	Grupo	Taxa de depreciação anual	2023			2022
			Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	Hospitalar	-	36.440	-	36.440	-
Edificações	Hospitalar	1,67%	56.813	(356)	56.457	-
Móveis e utensílios	Hospitalar	6,67%	1.567	(25)	1.542	-
Instalações e equipamentos	Hospitalar	6,67%	1.932	(104)	1.828	-
Equipamentos de informática	Hospitalar	20%	610	(31)	579	-
Subtotal			97.362	(516)	96.846	-
Terrenos	Não Hospitalar	-	24.555	-	24.555	24.515
Edificações	Não Hospitalar	2%	30.870	(2.883)	27.987	28.738
Móveis e utensílios	Não Hospitalar	6,67%	8.094	(3.381)	4.713	4.530
Instalações e equipamentos	Não Hospitalar	6,67%	16.612	(7.264)	9.348	10.202
Equipamentos de informática	Não Hospitalar	20%	23.224	(14.181)	9.043	10.469
Imóvel direito de uso (a)	Não Hospitalar	-	28.911	(12.987)	15.924	17.964
Maq. direito de uso (a)	Não Hospitalar	-	3.514	(2.731)	783	1.417
Outras imobilizações	Não Hospitalar	4%	33.165	(18.098)	15.067	14.642
Subtotal			168.945	(61.525)	107.420	112.477
Total			266.307	(62.041)	204.266	112.477

- (a) A Cooperativa e a investida Unimed Curitiba Participações S.A. possuem operações de arrendamento de ativos sendo eles: imobiliário e equipamentos ligados a produção. A depreciação destes ativos é reconhecida de forma linear.

Em função dos autos de infração lavrados contra a Cooperativa pela Delegacia da Receita Federal em Curitiba, mencionados na nota explicativa nº 24.a), os bens da Cooperativa existentes na data base de 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram objeto de arrolamento de bens e direitos junto à Delegacia da Receita Federal do Brasil. Segundo a Instrução Normativa RFB 2.091/2022, o arrolamento não

impede a alienação, transferência ou oneração dos bens, sendo que qualquer destas hipóteses deve ser comunicada no prazo de cinco dias para a Delegacia da Receita Federal do Brasil. Em 31 de dezembro de 2023 o valor residual contábil dos bens arrolados é de R\$6.710.

Em setembro de 2013, a Cooperativa ofereceu imóveis no valor contábil de R\$27.761 em garantia no processo judicial nº 5013032-33.2013.404.7000, em trâmite na 23ª Vara Federal de Curitiba, que tem por objeto o auto de infração 10980.004893/2002-08 (PIS sobre atos não cooperativos no período de 04/1997 a 06/2001), sendo: R\$8.218 classificado em investimento (nota explicativa nº 12) e R\$19.543 classificado em terrenos e edificações.

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Controladora							Total
	Terrenos	Edificações	Móveis e utensílios	Instalações e equipamentos	Equipamentos de informática	Imóvel direito de uso	Outras imobilizações	
Custo								
Saldo em 31/12/2021	23.075	29.503	4.466	9.426	19.828	-	14.591	100.889
Adições	1.855	1.719	290	344	1.954	13.051	1.259	20.472
Baixas	-	-	(9)	(47)	(381)	-	(444)	(881)
Redução ao valor recuperável (a)	(415)	(194)	-	-	-	-	-	(609)
Transferência para intangível	-	-	-	-	-	-	(1.124)	(1.124)
Saldo em 31/12/2022	24.515	31.028	4.747	9.723	21.401	13.051	14.282	118.747
Adições	36.440	56.813	1.938	1.657	2.896	3.703	2.999	106.446
Baixas	-	(188)	(3)	-	(2.613)	-	-	(2.804)
Redução ao valor recuperável (a)	40	30	-	-	-	-	-	70
Transferência para intangível	-	-	-	-	-	-	(14)	(14)
Saldo em 31/12/2023	60.995	87.683	6.682	11.380	21.684	16.754	17.267	222.445
Depreciação								
Saldo em 31/12/2021	-	(1.696)	(1.553)	(2.884)	(9.272)	-	(3.007)	(18.412)
Depreciação	-	(593)	(235)	(559)	(2.868)	(3.158)	(1.758)	(9.171)
Baixas	-	-	8	24	102	-	-	134
Saldo em 31/12/2022	-	(2.289)	(1.780)	(3.419)	(12.038)	(3.158)	(4.765)	(27.449)
Depreciação	-	(1.003)	(291)	(591)	(3.407)	(3.440)	(2.376)	(11.108)
Baixas	-	53	3	-	2.466	13	-	2.535
Saldo em 31/12/2023	-	(3.239)	(2.068)	(4.010)	(12.979)	(6.585)	(7.141)	(36.022)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2021	23.075	27.807	2.913	6.542	10.556	-	11.584	82.477
Saldo em 31/12/2022	24.515	28.739	2.967	6.304	9.363	9.893	9.517	91.298
Saldo em 31/12/2023	60.995	84.444	4.614	7.370	8.705	10.169	10.126	186.423

Consolidado									
	Terrenos	Edificações	Móveis e utensílios	Instalações e equipamentos	Equipamentos de informática	Imóvel direito de uso	Maq. direito de uso	Outras imobilizações	Total
Custo									
Saldo em 31/12/2021	23.075	29.503	6.807	15.747	21.789	-	-	26.323	123.244
Adições	1.855	1.719	509	762	2.275	24.494	3.514	4.360	39.488
Baixas	-	-	(28)	(46)	(381)	-	-	(444)	(899)
Redução ao valor recuperável (a)	(415)	(194)	-	-	-	-	-	-	(609)
Transferências	-	-	209	71	-	-	-	(1.404)	(1.124)
Saldo em 31/12/2022	24.515	31.028	7.497	16.534	23.683	24.494	3.514	28.835	160.100
Adições	36.440	56.813	2.044	1.934	3.024	4.417	-	4.613	109.285
Baixas	-	(188)	(4)	(3)	(2.914)	-	-	(24)	(3.133)
Redução ao valor recuperável (a)	40	30	-	-	-	-	-	-	70
Transferências	-	-	125	79	41	-	-	(259)	(14)
Saldo em 31/12/2023	60.995	87.683	9.662	18.544	23.834	28.911	3.514	33.165	266.308
Depreciação									
Saldo em 31/12/2021	-	(1.696)	(2.622)	(5.368)	(10.117)	-	-	(11.059)	(30.862)
Depreciação	-	(593)	(368)	(987)	(3.199)	(6.530)	(2.097)	(3.135)	(16.909)
Baixas	-	-	23	23	102	-	-	-	148
Saldo em 31/12/2022	-	(2.289)	(2.967)	(6.332)	(13.214)	(6.530)	(2.097)	(14.194)	(47.623)
Depreciação	-	(1.003)	(442)	(1.038)	(3.766)	(6.470)	(634)	(3.904)	(17.257)
Baixas	-	53	3	2	2.767	13	-	-	2.838
Saldo em 31/12/2023	-	(3.239)	(3.406)	(7.368)	(14.213)	(12.987)	(2.731)	(18.098)	(62.042)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31/12/2021	23.075	27.807	4.185	10.379	11.672	-	-	15.264	92.382
Saldo em 31/12/2022	24.515	28.739	4.530	10.202	10.469	17.964	1.417	14.641	112.477
Saldo em 31/12/2023	60.995	84.444	6.256	11.176	9.621	15.924	783	15.067	204.266

- (a) Em 2022 a Cooperativa adquiriu um imóvel situado na Rua Ephigenio Pereira da Cruz, 1.438 no Município de Fazenda Rio Grande/PR, para o qual a Cooperativa reconheceu o montante de R\$609 na rubrica de despesa administrativa (vide nota explicativa nº 35) referente à perda por desvalorização (“impairment”) em atendimentos ao CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativo. Durante 2023 houve a reavaliação do “impairment” e um estorno de R\$70 foi reconhecido na movimentação.

O montante foi reconhecido com base em laudo técnico de avaliação foi realizado por empresa independente, o qual considerou como premissa o valor justo, sendo este o preço que seria recebido pela venda do imóvel em uma transação não forçada.

15. INTANGÍVEL

Descrição	Controladora				
	Taxa de depreciação anual	2023			2022
		Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Marca	4,55%	14.039	(638)	13.401	-
Goodwill	-	4.518	-	4.518	-
Software	15%	28.671	(23.115)	5.556	3.919
Software em construção	-	2.252	-	2.252	3.512
Total		49.480	(23.753)	25.727	7.431

Descrição	Consolidado				
	Taxa de depreciação anual	2023			2022
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Marca	4,55%	14.039	(638)	13.401	-
Goodwill	-	4.518	-	4.518	-
Software	15%	30.546	(24.688)	5.858	4.408
Software em construção	-	2.252	-	2.252	3.512
Outras imobilizações	-	290	-	290	290
Total		51.645	(25.326)	26.319	8.210

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Marca	Goodwill	Software	Software em desenvolvimento	Total
Custo:					
Saldo em 31/12/2021	-	-	24.151	1.077	25.228
Adições	-	-	676	2.435	3.111
Baixas	-	-	(631)	-	(631)
Transferência de imobilizado	-	-	1.124	-	1.124
Saldo em 31/12/2022	-	-	25.320	3.512	28.832
Adições	14.039	4.518	1.319	758	20.634
Transferências	-	-	2.032	(2.018)	14
Saldo em 31/12/2023	14.039	4.518	28.671	2.252	49.480
Amortização:					
Saldo em 31/12/2021	-	-	(20.489)	-	(20.489)

	Controladora				
	Marca	Goodwill	Software	Software em desenvolvimento	Total
Amortização	-	-	(1.538)	-	(1.538)
Baixas	-	-	626	-	626
Saldo em 31/12/2022	-	-	(21.401)	-	(21.401)
Amortização	(638)	-	(1.714)	-	(2.352)
Saldo em 31/12/2023	(638)	-	(23.115)	-	(23.753)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31/12/2021	-	-	3.662	1.077	4.739
Saldo em 31/12/2022	-	-	3.919	3.512	7.431
Saldo em 31/12/2023	<u>13.401</u>	<u>4.518</u>	<u>5.556</u>	<u>2.252</u>	<u>25.727</u>

	Consolidado					
	Marca	Goodwill	Software	Software em desenvolvimento	Outros	Total
<u>Custo:</u>						
Saldo em 31/12/2021	-	-	25.898	1.077	290	27.265
Adições	-	-	754	2.435	-	3.189
Baixas	-	-	(650)	-	-	(650)
Transferência de imobilizado	-	-	1.124	-	-	1.124
Saldo em 31/12/2022	-	-	27.126	3.512	290	30.928
Adições	14.039	4.518	1.404	758	-	20.719
Baixas	-	-	(16)	-	-	(16)
Transferências	-	-	2.032	(2.018)	-	14
Saldo em 31/12/2023	<u>14.039</u>	<u>4.518</u>	<u>30.546</u>	<u>2.252</u>	<u>290</u>	<u>51.645</u>
<u>Amortização:</u>						
Saldo em 31/12/2021	-	-	(21.554)	-	-	(21.554)
Amortização	-	-	(1.801)	-	-	(1.801)
Baixas	-	-	637	-	-	637
Saldo em 31/12/2022	-	-	(22.718)	-	-	(22.718)
Amortização	(638)	-	(1.970)	-	-	(2.608)
Saldo em 31/12/2023	(638)	-	(24.688)	-	-	(25.326)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31/12/2021	-	-	4.344	1.077	290	5.711
Saldo em 31/12/2022	-	-	4.408	3.512	290	8.210
Saldo em 31/12/2023	<u>13.401</u>	<u>4.518</u>	<u>5.858</u>	<u>2.252</u>	<u>290</u>	<u>26.319</u>

16. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG (a)	67.103	58.817	67.103	58.817
Provisão para insuficiência de contraprestação - PIC (b)	-	42.983	-	42.983
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS (c)	123.206	105.543	123.206	105.543
Eventos ocorridos e não avisados PEONA (d)	125.932	127.037	125.932	127.037
PEONA SUS (e)	8.111	7.447	8.111	7.447
Eventos a liquidar (f)	309.611	282.295	304.532	277.445
Total	633.963	624.122	628.884	619.272

- a) Esta provisão é para cobertura dos riscos contratuais não decorridos, referentes aos contratos de planos de saúde na modalidade de pré-pagamento com vigência iniciada em dezembro de 2023 e finalizada em janeiro de 2024. Tais valores serão reconhecidos na receita no ano de 2024.
- b) Provisão para Insuficiência de Contraprestação - PIC deve ser constituída quando constatada a insuficiência de receita para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, para as obrigações contratuais assumidas em pré-pagamento.
- c) O saldo demonstrado acima refere-se às cobranças recebidas da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, pelo atendimento médico e hospitalar prestado aos usuários da Cooperativa na rede pública de saúde e hospitais conveniados. A Cooperativa está discutindo na esfera judicial essas cobranças inclusive na repercussão geral no Recurso Extraordinário nº 597064, por entender que as mesmas são indevidas, tendo em vista que os usuários também possuem o direito ao atendimento pelo SUS e, também, porque a base de cálculo utilizada pela Agência igualmente não tem respaldo legal.
- d) A provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA, está 100% contabilizada em conformidade com a Metodologia Atuarial Própria aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.
- e) A PEONA SUS - Provisão para eventos ocorridos e não avisados do Sistema Único de Saúde está 100% contabilizada em conformidade com o valor divulgado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS em seu sítio da ANS, e o fator individual corresponde a 61% do total de eventos avisados nos últimos 24 meses.
- f) A provisão de eventos a liquidar inclui consultas e honorários médicos, internações, exames, terapias e demais despesas assistenciais, e foi constituída com base nos valores a pagar decorrentes dos eventos ocorridos e devidamente notificados/comunicados à Cooperativa pelos cooperados e prestadores de serviços, conforme estabelecido pela Agência Nacional de Saúde.

Garantias financeiras das provisões técnicas

A garantia financeira corresponde aos ativos disponíveis para lastrear as provisões de eventos a liquidar em aberto, conforme os critérios dispostos na Resolução Normativa n.º 521/22, que regulamenta o procedimento de reconhecimento contábil dos valores referentes à provisão de eventos a liquidar com operações de assistência à saúde, demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Total das provisões técnicas	633.963	624.121	628.884	619.271
Provisão que não exige ativo garantidor:				
PPCNG	(67.103)	(58.817)	(67.103)	(58.817)
Eventos a liquidar garantido por depósito judicial - Ressarcimento ao SUS	(102.759)	(93.685)	(102.759)	(93.685)
Ressarcimento ao SUS - ABI sem emissão de GRU	(4.645)	(7.015)	(4.645)	(7.015)
Créditos a Receber em POS pagamento	(97.347)	(63.693)	(97.347)	(63.693)
Total exigível de ativos lastreados (A)	<u>362.109</u>	<u>400.911</u>	<u>357.030</u>	<u>396.061</u>
Eventos a liquidar avisado em até 30 dias	(147.879)	(143.707)	(146.423)	(142.306)
Total exigível de ativos vinculados (B)	<u>214.230</u>	<u>257.204</u>	<u>210.607</u>	<u>253.755</u>
Aplicações financeiras garantidoras:				
Vinculados	250.078	275.453	250.078	275.453
Não vinculados	180.344	179.159	180.344	179.159
Total garantidor conforme nota explicativa 5.a (C)	<u>430.422</u>	<u>454.612</u>	<u>430.422</u>	<u>454.612</u>
Total vinculado (D)	<u>250.078</u>	<u>275.453</u>	<u>250.078</u>	<u>275.453</u>
Suficiência de ativos lastreados (C) - (A)	68.313	53.701	73.392	58.551
Suficiência de ativos vinculados (D) - (B)	35.848	18.249	39.471	21.698

17. CONTRAPRESTAÇÕES A RESTITUIR

As contraprestações a restituir no valor de R\$3.676 em 31 de dezembro de 2023 (R\$3.363 em 2022) referem-se a valores a restituir para contratantes dos planos de saúde por pagamentos indevidos.

18. RECEITA ANTECIPADA DE CONTRAPRESTAÇÕES

As receitas antecipadas de contraprestações no valor de R\$1.616 em 31 de dezembro de 2023 (R\$2.031 em 2022) são valores pagos pelos contratantes dos planos de saúde, antes do início de vigência da cobertura contratual.

19. OPERADORAS DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

São valores a pagar para outras UNIMEDs (intercâmbio) no montante de R\$32.499 em 31 de dezembro de 2023 (R\$29.108 em 2022), referentes às operações de corresponsabilidade pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento aos beneficiários do plano de saúde da UNIMED Curitiba, conforme previsto na RN nº 517 de 29 de abril de 2022.

20. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Esses débitos referem-se aos atendimentos em intercâmbio eventual, prestados pelos cooperados e rede credenciada da Cooperativa aos beneficiários de planos de saúde de outras operadoras de saúde Unimed.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Rede credenciada	21.280	32.646	21.280	32.646
Médicos cooperados	3.563	5.733	3.563	5.733
Fornecedores	38.578	34.408	44.387	38.204
Outros	334	313	334	313
Total	63.755	73.100	69.564	76.896

21. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ISS a recolher sobre faturamento	56.800	43.870	57.177	44.211
IRRF a recolher cooperados	22.278	22.068	22.278	22.068
IRRF a recolher - Juros s/ Capital Próprio	8	12	8	12
INSS a recolher cooperados	5.984	5.746	5.984	5.746
INSS a recolher sobre folha de colaboradores	3.211	2.801	3.740	3.338
IRRF a recolher prestadores	2.366	2.312	2.385	2.327
PIS, COFINS, CSLL a recolher	6.490	5.958	6.666	6.066
Contribuição social a recolher	950	-	950	-
Outros	3.020	2.418	4.062	3.428
Total	101.107	85.185	103.250	87.196
Circulante	48.080	41.333	50.223	43.344
Não circulante	53.027	43.852	53.027	43.852

22. DÉBITOS DIVERSOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisão de férias e encargos	11.993	10.767	14.347	13.203
Fornecedores	11.143	14.187	11.301	14.187
Parceria Banco Santander Brasil S.A. (a)	3.732	4.851	4.655	6.052
Arrendamento mercantil (b)	11.460	10.598	19.066	22.207
Valores a Pagar – Associação Cultural São José	2.400	-	2.400	-
Passivos Assumidos - Maternidade Nossa Sra. de Fátima	4.084	-	4.084	-
Outras obrigações a pagar	2.042	1.756	2.140	1.805
Total	46.854	42.159	57.993	57.454
Circulante	37.258	30.982	44.132	39.811
Não Circulante	9.596	11.177	13.861	17.643

- a) Em 2022 a Cooperativa buscou no mercado através de concorrência, parceria com instituição financeira visando tarifas bancárias mais atrativas em todos os produtos oferecidos aos cooperados, à Cooperativa e aos colaboradores, seja na conta corrente, cartões de crédito, tarifas de cobrança entre outras.

O Banco Santander ofereceu as melhores condições e, através de contrato assinado em março de 2022, a Cooperativa firmou parceria por 60 meses a contar da data do pagamento do prêmio por preferência, o qual ocorreu em maio de 2022 no valor de R\$5.597.

O valor do prêmio é reconhecimento mensal no resultado, durante a vigência do contrato.

A movimentação está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	4.851	-	6.052	-
Prêmio recebido	-	5.597	-	6.983
Apropriação no resultado	(1.119)	(746)	(1.397)	(931)
Saldo final	<u>3.732</u>	<u>4.851</u>	<u>4.655</u>	<u>6.052</u>

Em caso de rescisão contratual por parte da Cooperativa ou infração das condições contratuais, esta ficará obrigada a devolver ao Banco Santander os valores recebidos, corrigidos pela variação positiva acumulada do IPCA-IBGE e acrescidos de juros de 12% ao ano, da seguinte forma:

Penalidade por infração ou rescisão antecipada	Percentual
Até 24 meses de vigência do contrato	100%
De 25 a 48 meses da vigência do contrato	70%
A partir de 49 meses de vigência do contrato	50%

Em 31 de dezembro de 2023 a penalidade está na faixa de 100%, com valor estimado de R\$7.391, cuja probabilidade de rescisão contratual é remota

- b) Refere-se a passivos de arrendamento referente as parcelas dos contratos de aluguel de imóveis e equipamentos trazidos a valor presente, em atendimento ao CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil. A movimentação está demonstrada abaixo:

	Controladora					
	2022	Adições (*)	Apropriação Juros	Atualização Monetária (*)	Pagamento	2023
Arrendamento mercantil	10.598	3.492	1.851	211	(4.691)	11.461
Total	<u>10.598</u>	<u>3.492</u>	<u>1.851</u>	<u>211</u>	<u>(4.691)</u>	<u>11.461</u>

	Consolidado					
	2022	Adições (*)	Apropriação Juros	Atualização Monetária (*)	Pagamento	2023
Arrendamento mercantil	22.207	3.991	2.288	426	(9.846)	19.066
Total	<u>22.207</u>	<u>3.991</u>	<u>2.288</u>	<u>426</u>	<u>(9.846)</u>	<u>19.066</u>

(*) Os valores de adições e atualização monetária referem-se à adoção inicial de novos contratos ou reajustes contratuais.

23. CONTA CORRENTE COOPERADOS

O saldo da conta corrente com cooperados no valor de R\$ 3.611 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 3.812 em 2022), refere-se a cotas de capital social a restituir aos médicos que solicitaram descredenciamento da Cooperativa.

24. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

	Controladora					
	2022	Adição	Reversão	Pagamento	Atualização	2023
Ações tributárias (a)	68.273	463	-	-	3.712	72.448
Ações cíveis (b)	162.821	50.570	(20.308)	(35.977)	15.285	172.391
Ações trabalhistas (c)	9.957	1.484	(641)	(583)	715	10.932
Ressarcimento ao SUS (d)	4.623	-	(3.791)	-	-	832
Total	<u>245.674</u>	<u>52.517</u>	<u>(24.740)</u>	<u>(36.560)</u>	<u>19.712</u>	<u>256.603</u>

	Consolidado					
	2022	Adição	Reversão	Pagamento	Atualização	2023
Ações tributárias (a)	68.273	463	-	-	3.712	72.448
Ações cíveis (b)	162.924	50.590	(20.306)	(35.990)	15.296	172.514
Ações trabalhistas	9.957	1.484	(641)	(583)	715	10.932
Ressarcimento ao SUS (d)	4.623	-	(3.791)	-	-	832
Total	<u>245.777</u>	<u>52.537</u>	<u>(24.738)</u>	<u>(36.573)</u>	<u>19.723</u>	<u>256.726</u>

a) Abaixo, os tributos por natureza:

	Controladora e Consolidado			
	2022	Adição	Atualização	2023
PIS e COFINS (a.1)	47.303	-	1.662	48.965
ISS Curitiba (a.2)	17.946	-	1.757	19.703
INSS Folha	3.024	463	293	3.780
Total	<u>68.273</u>	<u>463</u>	<u>3.712</u>	<u>72.448</u>

(a.1) PIS e COFINS

A Cooperativa foi notificada em 2002 sobre autos de infração da Secretaria da Receita Federal relativos ao não oferecimento à tributação da COFINS e do PIS dos resultados auferidos com as operações denominadas de atos auxiliares e atos cooperativos, referentes aos períodos-base de abril de 1992 a junho de 2001 e fevereiro de 1996 a junho de 2001, respectivamente.

A Cooperativa impugnou na esfera administrativa os autos de infração lavrados em 2002 alegando, em síntese, que: (i) não tem receita e não auferir lucros; (ii) os atos auxiliares configuram ato cooperativo e, portanto, não podem ser tributados; (iii) presta serviço de intermediação entre os beneficiários dos planos de saúde e os hospitais, clínicas e laboratórios da rede credenciada, com o que a base de cálculo do PIS e da COFINS corresponde à diferença entre as mensalidades pagas pelos beneficiários dos planos de saúde e os valores que são repassados para os terceiros credenciados que prestam os serviços médico-hospitalares, de diagnóstico e terapia; (iv) não foi respeitado o prazo decadencial de cinco anos, referente ao período de abril de 1992 a março de 1997.

A impugnação apresentada no auto de infração 10980.004893/2002-08 (PIS sobre atos auxiliares) foi parcialmente acolhida para cancelar o lançamento no período de fevereiro de 1996 a março de 1997. O saldo remanescente foi questionado na ação judicial nº 5011394-62.2013.404.7000, em trâmite na 15ª Vara Federal de Curitiba. O saldo remanescente está provisionado no montante de R\$30.909 em 31 de dezembro de 2023 (R\$29.846 em 2022).

A impugnação apresentada no auto de infração 10980.004892/2002-55 (COFINS sobre atos auxiliares) foi parcialmente acolhida pela Câmara Superior de Recursos Fiscais para anular o lançamento no período de abril de 1992 a março de 1997. O saldo remanescente foi questionado na ação judicial nº 5038230-33.2017.404.7000, da 4ª Vara Federal de Curitiba. O saldo remanescente de R\$125.540 está parcialmente provisionado, sendo o risco de perda provável, no montante de R\$18.056 em 31 de dezembro de 2023 (R\$17.457 em 2022) e R\$107.485 não requer provisão, pois os advogados avaliaram que o risco de perda é possível, haja vista que foi deferida liminar em 12 de setembro de 2017 que confirma a decisão da Cooperativa de não provisionar.

A Administração da Cooperativa, suportada pela avaliação dos seus advogados, entende que as provisões constituídas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são suficientes para cobrir eventuais desembolsos.

(a.2) Imposto Sobre Serviços - ISS Curitiba

Em 2014, a Cooperativa recebeu autos de infração do Município de Curitiba exigindo o ISS sobre valores que teriam sido auferidos a título de taxa administrativa dos estabelecimentos de saúde integrantes da rede credenciada e dos médicos não cooperados. Adicionalmente, determinadas parcelas foram deduzidas da base de cálculo do ISS, bem como foi exigido o ISS que não teria sido retido em pagamentos efetuados para prestadores de serviços situados em outros Municípios que não estavam cadastrados no CPOM. A Cooperativa impugnou os lançamentos na esfera administrativa. Em agosto de 2015 a Procuradoria Geral de Julgamento Tributário proferiu decisão rejeitando a impugnação. A Cooperativa interpôs recurso voluntário que foi parcialmente provido em 29/06/2016 pelo Conselho Municipal de Contribuintes para que sejam corrigidas as bases de cálculo nos autos de infração 281812, 281836, 281837 e 281841. O Município interpôs recurso, o qual foi provido em 30/11/2017 pela Comissão de Recursos Tributários. Os autos de infração foram questionados na ação judicial nº 0000067-05.2018.8.16.0004, em trâmite na 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba.

O valor total dos autos de infrações soma R\$9.849. O valor atualizado está totalmente reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$19.703 (R\$ 17.946 em 2022). A Administração da Cooperativa, suportada pela avaliação dos seus advogados, entende que a provisão constituída é suficiente para cobrir eventuais desembolsos.

b) Provisões para as ações cíveis

A Cooperativa é ré em diversas ações judiciais de natureza cível, sendo as principais causas descritas a seguir:

Multas administrativas ANS - Decorrem de autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS contra a Cooperativa. A Cooperativa questiona as cobranças, nas situações em que não acontece o êxito na fase de impugnação do recurso no âmbito administrativo a Cooperativa propõe ações contra a ANS perante a justiça federal para discutir o auto de infração. Para suportar os riscos, a Cooperativa constitui provisão para perdas prováveis no montante de R\$33.214 em 31 de dezembro de 2023 (R\$30.865 em 2022). A Cooperativa possui o montante de R\$461 para o qual não constituiu provisão, pois os advogados avaliaram que o risco de perda é possível.

Beneficiários do plano de saúde - Processos referentes reembolsos de despesas médicas, indenizações por dano moral, erro médico, negativa de cobertura contratual, reajustes do plano de saúde. Para suportar os riscos, a Cooperativa constitui provisão para perdas no montante de R\$122.742 em 31 de dezembro de 2023 (R\$119.326 em 2022). A Cooperativa possui o montante de R\$1.389 para o qual não constituiu provisão, pois os advogados avaliaram que o risco de perda é possível.

Rede credenciada - Processos referentes questões contratuais. Para suportar os riscos, a Cooperativa constitui provisão para perdas no montante de R\$2.795 em 31 de dezembro de 2023 (R\$614 em 2022). A Cooperativa possui o montante de R\$1 para o qual não constituiu provisão, pois os advogados avaliaram que o risco de perda é possível.

c) Provisões para ações trabalhistas

A Cooperativa possui o montante de R\$9.362 para o qual não constituiu provisão, pois os advogados avaliaram que o risco de perda é possível (R\$7.411 em 2022).

d) Ressarcimento ao SUS

Adicionalmente, foi constituída provisão para ressarcimento ao SUS no valor de R\$832, referente recursos indeferidos em 2ª instância e aguardando emissão de GRU pela ANS (R\$4.623 em 2022).

A Cooperativa possui o montante de R\$ 2.521 (R\$3.303 em 2022) tramitando na 1ª e 2ª instâncias administrativas da ANS, para o qual não constituiu provisão, pois o risco de perda é possível.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

- i. O estatuto social prevê que cada cooperado deverá subscrever a quantia mínima de trinta mil quotas-partes no valor unitário de R\$1 (um real) e que a quantidade de quotas deverá ser integralizada conforme determinado no Regimento Interno da Cooperativa. Os cooperados com valor inferior a trinta mil reais estão integralizando as quotas-partes no limite mínimo de 24 parcelas.

No exercício de 2023, foi integralizado ao Capital Social, a título de complemento e por novos cooperados o montante de R\$7.902 (R\$5.616 em 2022).

Adicionalmente, o mesmo artigo do Estatuto Social prevê que será efetuada retenção de 2% até o limite de 3,5% sobre a produção mensal dos cooperados e que os valores retidos serão incorporados, ao final do exercício social, ao capital social. O montante retido (2%) e incorporado ao capital social dos cooperados no exercício de 2023 soma R\$19.175 (R\$17.857 em 2022).

- ii. Transferência do Capital Social para o passivo circulante, conforme Lei 5.764/1971, Art. 24, §4º, no montante de R\$2.969, referente a cotas a restituir aos cooperados descredenciados em 2022 (R\$3.173 em 2022).
- iii. Após as integralizações e transferências acima, o capital social integralizado soma R\$304.991 em 31 de dezembro de 2023 (R\$280.883 em 2022) e pertence a 5.528 cooperados (5.421 em 2022).

b) Apuração das sobras e constituição de reservas

- i. O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é constituído com os resultados das operações de atos não cooperativos e com 5% das sobras conforme Estatuto Social. A Cooperativa destina o FATES à prestação de assistência aos associados, seus familiares e colaboradores.
- ii. O Fundo de Reserva Legal é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa é constituído com 10% das sobras, sem limite de valor, conforme Estatuto Social.

As sobras e reservas foram apuradas conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado				
	Sobras	FATES	Margem de solvência	Fundo Covid-19	Reserva legal
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	10.275	290.130	56.730	93.582
Resultado do ato cooperativo	(77.141)	-	-	-	-
Resultado com terceiros, não cooperados	-	5.522	-	-	-
Utilização do saldo do FATES de 2021	10.275	(10.275)	-	-	-
Utilização Fundo Covid-19	56.730	-	-	(56.730)	-
Subtotal	(10.136)	5.522	290.130	-	93.582
Fundo de reserva legal (10%)	10.136	-	-	-	(10.136)
FATES (5%)	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	5.522	290.130	-	83.446
Resultado do ato cooperativo	36.252	-	-	-	-
Resultado com terceiros, não cooperados	-	11.472	-	-	-
Utilização do saldo do FATES de 2022	5.522	(5.522)	-	-	-
Subtotal	41.774	11.472	290.130	-	83.446
Fundo de reserva legal (10%)	(4.178)	-	-	-	4.178
FATES (5%)	(2.088)	2.088	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	35.508	13.560	290.130	-	87.624

26. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas líquidas com planos de saúde:				
Familiar	1.370.090	1.200.830	1.370.090	1.200.830
Empresarial	1.351.525	1.120.563	1.349.110	1.118.299
Adesão	395.693	354.240	395.693	354.240
(-) Corresponsabilidade Transferida (a)	(23.167)	(20.892)	(23.167)	(20.892)
(-) Descontos/devoluções	(8.965)	(8.908)	(8.965)	(8.908)
	<u>3.085.176</u>	<u>2.645.833</u>	<u>3.082.761</u>	<u>2.643.569</u>
Corresponsabilidade Assumida (b)	<u>72.631</u>	<u>64.369</u>	<u>72.631</u>	<u>64.369</u>
Total	<u>3.157.807</u>	<u>2.710.202</u>	<u>3.155.392</u>	<u>2.707.938</u>

a) Refere-se ao custo assistencial dos beneficiários da Cooperativa, pela corresponsabilidade transferida de atendimentos de forma continuada ou habitual em outras Operadoras Unimed.

b) Refere-se a receitas de contraprestação pela corresponsabilidade assumida de atendimento dos beneficiários de outras Operadoras Unimed em preço pós-estabelecido, por conta dos atendimentos realizados de forma habitual.

27. TRIBUTOS DIRETOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA OPERADORA

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
ISS sobre faturamento	(37.537)	(26.051)
COFINS sobre o faturamento	(1.359)	(876)
PIS sobre o faturamento	(3.310)	(1.785)
Total	<u>(42.206)</u>	<u>(28.712)</u>

28. EVENTOS CONHECIDOS OU AVISADOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo com plano de saúde:				
Familiar	1.365.831	1.251.554	1.370.293	1.254.804
Empresarial	1.011.130	873.491	998.368	861.406
Adesão	293.300	280.685	293.506	280.178
	<u>2.670.261</u>	<u>2.405.730</u>	<u>2.662.167</u>	<u>2.396.388</u>
Corresponsabilidade Assumida	21.727	28.151	3.380	10.117
Total	<u>2.691.988</u>	<u>2.433.881</u>	<u>2.665.547</u>	<u>2.406.505</u>

29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Reversão provisão p/ perdas sobre crédito não relac. com plano saúde	15.435	15.553
Outras receitas	2.257	4.805
Total	<u>17.692</u>	<u>20.358</u>

30. RECEITAS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Saúde ocupacional	4.225	4.286
Intercâmbio eventual (a)	4.681	4.304
Total	<u>8.906</u>	<u>8.590</u>

(a) Refere-se a receita com atendimentos prestados para beneficiários de outras Unimed em regime eventual.

31. RECEITAS COM ADMINISTRAÇÃO DE INTERCÂMBIO EVENTUAL

As receitas com administração no valor de R\$21.372 em 31 de dezembro de 2023 (R\$23.387 em 2022) referem-se a taxa de administração cobradas de outras UNIMEDs em função dos atendimentos prestados aos seus beneficiários.

32. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Remoção médica	17.036	14.187	17.036	14.187
Taxas administrativas rede credenciada	4.090	4.239	4.090	4.239
Parceria banco Santander	1.119	746	1.398	746
Receita com exame de não beneficiários	-	-	10.587	7.465
Saúde ocupacional	-	-	4.510	3.888
Receita com corretagem	-	-	2.215	1.882
Outras receitas	5.021	4.011	5.113	4.038
Total	<u>27.266</u>	<u>23.183</u>	<u>44.949</u>	<u>36.445</u>

33. OUTRAS DESPESAS DE OPERAÇÕES DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Plano de extensão assistencial - PEA (a)	27.739	19.808
Taxa de cobrança plano de saúde	20.482	18.927
Eventos não cobertos	8.613	(1.442)
Seguro plano de saúde	8.478	7.763
Remoção médica SOS	6.370	6.101
Medicina preventiva	9.182	4.962
Taxa rede credenciada	5.127	4.373
Emergência odontológica	2.342	2.176
Inspeção de risco – CPT	1.494	1.265
Confecção de carteirinhas/livro de credenciamento	568	646
Outras Despesas - Maternidade Nossa Sra. de Fátima	3.201	-
Outras despesas	726	551
Total	94.322	65.130

(a) Despesas relacionados à iniciativa que permite que dependentes possam receber assistência médica por até cinco anos, sem ônus, no caso de morte dos titulares de planos da Cooperativa

34. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DE ASSIST. À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANO DE SAÚDE DA OPERADORA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Benefícios a cooperados (a)	9.926	9.333	9.926	9.333
Remoção médica - SOS	10.495	8.685	10.495	8.685
Custo de ociosidade	16.235	16.331	16.235	16.331
Provisão p/ perdas sobre crédito não relac. com plano saúde	12.897	6.865	12.897	6.865
Intercâmbio eventual (b)	11.675	12.704	8.079	8.533
Saúde ocupacional	3.934	3.670	7.009	6.537
Custo com exame de não beneficiários do plano de saúde	-	-	6.967	4.551
Custo com corretagem	-	-	1.768	1.105
Outras despesas	159	195	307	255
Total	65.321	57.783	73.683	62.195

a) Refere-se substancialmente ao plano de saúde dos cooperados - PAC.

b) Refere-se a despesa com atendimentos prestados para beneficiários de outras Unimed em regime eventual.

35. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas com pessoal próprio	118.803	114.473	127.378	122.194
Despesas com serviços de terceiros	77.692	68.683	79.612	70.456
Despesas com localização e funcionamento	13.906	13.443	16.503	15.283
Despesas com publicidade e propaganda institucional	6.770	7.325	7.661	8.285
Despesas com multas administrativas (a)	(401)	746	(401)	746
Despesas com depreciação/amortização	7.731	5.825	8.626	6.667
Provisão para redução ao valor recuperável (b)	(70)	609	(70)	609
Despesas com tributos	730	560	730	560
Despesa com ações judiciais cíveis	(4.939)	(18.192)	(4.939)	(18.192)
Despesa com contribuição cooperativista	4.454	3.815	4.454	3.815
Despesas administrativas diversas (c)	8.066	5.843	8.066	5.843
Total	<u>232.742</u>	<u>203.130</u>	<u>247.620</u>	<u>216.266</u>

(a) Refere-se a multas aplicadas pela ANS.

(b) Vide nota explicativa nº 14 - Imobilizado.

(c) Refere-se substancialmente a gastos relativos a contribuições, donativos e confraternização.

36. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	92.506	90.443	97.151	94.577
Receitas por recebimentos em atraso	11.653	10.054	11.653	10.054
Atualização créditos tributários	2.185	2.093	2.185	2.093
Juros sobre capital próprio	4.133	1.905	4.133	1.905
Atualização depósitos judiciais	17.345	13.400	17.345	13.400
Outros ingressos/receitas	1.455	705	1.584	765
Subtotal	<u>129.277</u>	<u>118.600</u>	<u>134.051</u>	<u>122.794</u>
Despesas financeiras:				
Encargos sobre tributos	(8.154)	(4.660)	(8.388)	(4.857)
Descontos concedidos sobre faturas	(11.198)	(10.277)	(11.198)	(10.277)
Atualização de processos judiciais	(16.965)	(9.614)	(16.965)	(9.614)
Outros	(346)	(153)	(1.058)	(1.857)
Subtotal	<u>(36.663)</u>	<u>(24.704)</u>	<u>(37.609)</u>	<u>(26.605)</u>
Resultado financeiro	<u>92.614</u>	<u>93.896</u>	<u>96.442</u>	<u>96.189</u>

37. RESULTADO PATRIMONIAL

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas patrimoniais:				
Sobras participação em outras cooperativas	4.308	2.029	4.308	2.029
Participações de investimentos a custo	-	24.376	-	24.376
Equivalência patrimonial (a)	11.147	17.266	384	313
Outros ingressos/receitas	777	552	491	407
Subtotal	<u>16.232</u>	<u>44.223</u>	<u>5.183</u>	<u>27.125</u>
Despesas patrimoniais:				
Equivalência patrimonial (a)	(538)	(1.914)	(314)	(1.202)
Perdas resultado Maternidade Nossa Sra. de Fátima	(7.936)	-	(7.936)	-
Outros	(633)	(478)	(633)	(479)
Subtotal	<u>(9.107)</u>	<u>(2.392)</u>	<u>(8.883)</u>	<u>(1.681)</u>
Resultado Patrimonial	<u>7.125</u>	<u>41.831</u>	<u>(3.700)</u>	<u>25.444</u>

(a) Vide nota explicativa nº 13.

38. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora	
	2023	2022
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	77.947	(70.932)
Sobras decorrentes de atos cooperativos principais	(21.580)	45.946
Ajustes do lucro tributável (adições e exclusões)	34.030	31.180
Base de cálculo dos tributos	<u>90.397</u>	<u>6.194</u>
Imposto de renda de 25%	(22.599)	(1.549)
Incentivos fiscais	512	-
Imposto de renda ano anterior	-	1.030
Imposto de renda devido	<u>(22.087)</u>	<u>(519)</u>
Contribuição social ano anterior	-	389
Contribuição social de 9%	(8.136)	(557)
Contribuição social devida	<u>(8.136)</u>	<u>(168)</u>
Total	<u>(30.223)</u>	<u>(687)</u>
Alíquota efetiva	(38.77%)	0,97%
Impostos de renda e contribuição social correntes	(27.130)	1.419
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(3.093)	(2.106)

	Consolidado	
	2023	2022
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	80.455	(72.680)
Sobras decorrentes de atos cooperativos principais	(21.580)	45.946
Ajustes do lucro tributável (adições e exclusões)	39.224	46.494
Prejuízo fiscal	-	(18.105)
Base de cálculo dos tributos	<u>98.099</u>	<u>1.655</u>
Imposto de renda de 25%	(24.525)	(414)
Incentivos fiscais	623	205
Imposto de renda ano anterior	-	1.030
Imposto de renda devido	<u>(23.902)</u>	<u>821</u>
Contribuição social ano anterior	-	389
Contribuição social de 9%	(8.829)	(149)
Contribuição social devida	<u>(8.829)</u>	<u>240</u>
Total	<u>(32.731)</u>	<u>1.061</u>
Alíquota efetiva	(40,68%)	(1,46%)
Impostos de renda e contribuição social correntes	(28.645)	(1.751)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(4.086)	2.812

39. COMERCIALIZAÇÃO SOBRE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE.

Refere-se a comissões a pagar sobre comercialização de plano de saúde em contratos de pessoa física e empresarial.

40. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A Cooperativa participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros e riscos de mercado, aos quais a Cooperativa entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional.

A Administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Cooperativa, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, a Administração acompanha os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

Os riscos da Cooperativa estão descritos a seguir:

Risco de mercado

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado.

Ativos financeiros remunerados através da Taxa Básica de Juros (Selic)

Sendo a Taxa Básica de Juros (Selic), um dos principais instrumentos utilizados pelo Banco Central para o controle da inflação, e conforme as reuniões do COPOM (Comitê de Política Monetária) que periodicamente se reúnem para avaliação de ciclos econômicos e índices inflacionários, e posterior definição da referida taxa básica, apresentamos abaixo os cenários de sensibilidade aceitos pela Administração relativo a impactos futuros relativo a rentabilidade dos ativos financeiros lastreados a taxa básica de juros.

Carteira própria	Remuneração	Valor-base	Cenário atual	%		Cenário previsto	%Cenário Previsto	Variação prevista
	Média Anual % do CDI			Cenário Atual	Cenário previsto			
CDB - Pós Fixado	104,46%	335.653	45.686	13,61 %		35.553	10,59 %	(10.133)
Compromissada - Pós	93,90%	109.543	13.403	12,24 %		10.430	9,52 %	(2.973)
Fundo de Investimento	98,47%	35.317	4.531	12,83 %		3.526	9,98 %	(1.005)
Fundo de Investimento (ANS)	106,43%	147.490	20.454	13,87 %		15.917	10,79 %	(4.537)
LFT (Título Público) - Pós	100%	102.589	13.367	13,03 %		10.402	10,14 %	(2.965)
RDC – Pós	104,32%	16.640	2.262	13,59 %		1.760	10,58 %	(502)
Efeito no resultado		<u>747.232</u>	<u>99.703</u>			<u>77.588</u>		<u>(22.115)</u>

Para a apresentação do quadro de sensibilidade acima, foi levado em consideração os índices projetados do boletim Focus a época, levando em consideração a projeção da redução gradativa da Taxa Básica de Juros, a qual foi projetada pela Administração, obtendo um cenário favorável de receitas financeiras para a empresa, desde que mantidos os índices de rentabilidade atuais.

Risco de acréscimo no custo assistencial

É o risco de que os custos atuais possam variar em função de novas tecnologias, introdução de novas drogas, epidemias, cobertura de novos procedimentos determinados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sem previsão contratual de repasse aos contratantes do plano de saúde, inovações legislativas provenientes da referida agência que, ainda que acessoriamente, possam impactar no custo em questão, bem como decisões judiciais que atinjam a coletividade de beneficiários.

Risco de crédito e de aplicação dos recursos

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Cooperativa está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, principalmente com relação a contas a receber e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor máximo exposto pela Cooperativa ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das aplicações financeiras e contas a receber de clientes, demonstrada nas notas explicativas nº 6 e nº 7. Quanto ao risco de aplicações de recursos, o valor exposto pela Cooperativa corresponde substancialmente às aplicações financeiras, com valores descritos na nota explicativa nº 5.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Cooperativa é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são pulverizados e não possuem concentração de crédito significativa. O monitoramento de contas a receber vencidas é realizado diariamente para garantir seu recebimento. Adicionalmente, há análises específicas e normas aprovadas pela Administração para aplicações financeiras em instituições financeiras com boas avaliações de “rating” pelas agências de avaliação de risco.

Risco de liquidez

A tesouraria da Cooperativa acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, para que haja recursos financeiros disponíveis ao devido cumprimento de suas obrigações e sem necessidade de contratação de financiamentos junto a instituições financeiras. Pelo fato de não existir nenhum passivo financeiro com instituições financeiras, nenhuma projeção será apresentada. Apenas internamente é desenvolvido o controle com base em indicadores de endividamento e controle de inadimplência.

Adicionalmente a estes controles, a Cooperativa mantém um Comitê de Investimentos cujos participantes (Diretor Financeiro, Superintendente Financeiro e Gerente Financeiro) se reúnem mensalmente para discutir alocações de aplicações financeiras, taxas, prazos bem como distribuição para melhor rentabilidade dos ativos financeiros.

b) Gerenciamento de instrumentos financeiros (controladora)

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos.

Os instrumentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir. Os ativos e passivos estão agrupados em níveis de 1 a 3, conforme explicado em nota explicativa nº 3.b, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

Categoria dos instrumentos financeiros	2023		2022		Classificação	Nível hierarquia
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Disponível	95	95	2.617	2.617	Valor justo por meio de resultado	2
	316.809	316.809	399.657	399.657		
Aplicações financeiras livres					Custo amortizado	1 e 2 (*)
Aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas	430.422	430.410	454.612	453.854		
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	261.532	261.532	192.748	192.748	Custo amortizado	2
Créditos de op. assist. à saúde não rel. com planos de saúde da Op.	40.016	40.016	47.228	47.228	Custo amortizado	2
Outros créditos a receber (**)	31.327	31.327	10.553	10.553	Custo amortizado	2
Total dos ativos financeiros	<u>1.080.201</u>	<u>1.080.189</u>	<u>1.107.415</u>	<u>1.106.657</u>		

Categoria dos instrumentos financeiros	2023		2022		Classificação	Nível hierarquia
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Provisão de eventos a liquidar para outros prest. de serviços assistenciais	309.611	309.611	282.295	282.295	Custo amortizado	2
Débito de operações com planos de assistência à saúde	53.086	53.086	53.293	53.293	Custo amortizado	2
Débitos de op. assist. à saúde não rel. com planos de saúde da Op.	63.755	63.755	73.100	73.100	Custo amortizado	2
Débitos diversos	46.854	46.854	42.159	42.159	Custo amortizado	2
Conta corrente de cooperados	3.611	3.611	3.812	3.812	Custo amortizado	2
Total dos passivos financeiros	476.917	476.917	454.659	454.659		

(*) Em 31 de dezembro de 2023 há um saldo de aplicações financeiras garantidoras de R\$102.589 (R\$175.914 em 2022) relacionada a letras financeiras do Tesouro Nacional (LTN/NTN-B/LFT), as quais são classificadas em nível 1. As demais aplicações classificadas como custo amortizado não apresentam diferença entre o valor contábil e valor justo uma vez que são instrumentos de curto prazo que já apresentam com pouca variação.

(**) Estão relacionados a nota explicativa nº 10 com exceção dos estoques de materiais e medicamentos.

c) Gerenciamento do Capital Regulatório

Trata-se de uma regra financeira prudencial com foco na capitalização da operadora, que leva em consideração os riscos de crédito, subscrição, operacional, legal e de mercado.

Até o ano 2022 a Cooperativa monitorou o capital com base no indicador da margem de solvência, regulamentado pelo artigo 6º da RN 526/2022 da ANS. A margem de solvência corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos para cobrir o maior montante entre os seguintes valores: 20% das contraprestações líquidas dos últimos 12 meses ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses.

A RN 526 foi revogada pela RN 569 de 19 de dezembro de 2022, a qual substituiu a metodologia da Margem de Solvência pela nova metodologia denominada Capital Baseado em riscos.

O Capital Baseado em Riscos, que deve ser apurado mensalmente, define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.

Risco de Subscrição: relacionado a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões técnicas e relativas à precificação;

Risco de Crédito: probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito;

Risco de Mercado: exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, preços de commodities e preços de imóveis;

Risco Legal: é o risco de não-cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive, o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente vulnerável a litígios;

Risco Operacional: compreende os demais riscos enfrentados pela operadora relacionados aos procedimentos internos, tais como risco de perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas.

Cada um dos riscos possui sua própria metodologia de cálculo, definida pela própria ANS, e aplicada aos números da Operadora.

O quadro a seguir demonstra o enquadramento ao capital baseado em risco exigido nos exercícios de 2023 e 2022:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
(+) Capital baseado em risco atingido pela Cooperativa	521.166	475.058
(-) Capital baseado em risco exigido pela ANS	<u>398.130</u>	<u>360.912</u>
(=) Superávit	<u>123.036</u>	<u>114.146</u>

41. PARTES RELACIONADAS

Médicos Cooperados

As transações com médicos cooperados estão demonstradas abaixo:

	<u>2023</u>			<u>2022</u>		
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Despesa</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Despesa</u>
Saldos	<u>1.188</u>	<u>54.688</u>	-	<u>1.908</u>	<u>52.642</u>	<u>906.927</u>
Consultas e honorários médicos	-	54.688	976.506	-	52.642	906.927
Adiantamentos	1.188	-	-	1.908	-	-

Hospitais, clínicas, laboratórios e demais fornecedores onde cooperados são acionistas

Vários estabelecimentos que prestam serviço à Cooperativa possuem cooperados na composição do seu quadro social.

Empresas Clientes onde os cooperados são acionistas

Clientes pessoas jurídicas da Cooperativa possuem cooperados na composição do seu quadro social.

Unimed Federação do Estado do Paraná (taxa administração da Câmara, e PAC)

A Cooperativa efetua transação com a Unimed Federação PR, no que tange ao Plano de Saúde dos próprios cooperados (PAC), bem como a taxa de administração da câmara de compensação do intercâmbio estadual.

	<u>2023</u>		<u>2022</u>	
	<u>Passivo</u>	<u>Despesa</u>	<u>Passivo</u>	<u>Despesa</u>
Saldos	-	<u>94.145</u>	-	<u>81.203</u>
PAC	-	85.040	-	72.294
Taxa de intercâmbio	-	9.105	-	8.909
APS	-	-	-	-

Unimed Seguros

A Cooperativa é uma das acionistas da Unimed Seguros, sendo representada pelo ex-diretor Tesoureiro Geral.

Empresas Controladas:

Conforme nota explicativa nº 13, que trata dos investimentos, a Cooperativa possui os seguintes saldos com as empresas controladas:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>Ativo</u>		
Contas a receber:		
Unimed Curitiba Participações S.A.	3.389	4.384
Unimed Curitiba Saúde Ocupacional Ltda.	55	48
EMEDBR Tecnologia Ltda.	8	9
	<u>3.452</u>	<u>4.441</u>
<u>Passivo</u>		
Contas a pagar:		
Unimed Curitiba Participações S.A.	4.970	4.860
EMEDBR Tecnologia Ltda.	189	177
	<u>5.159</u>	<u>5.037</u>

As transações efetuadas com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

<u>Demonstração do resultado</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta		
Unimed Curitiba Participações S.A (a)	2.525	2.268
Unimed Curitiba Saúde Ocupacional Ltda. (a)	96	83
Unimed Curitiba Corretora de Seguros Eireli (a)	80	58
Compras		
Unimed Curitiba Participações S.A (b)	(82.215)	(82.226)
EMEDBR Tecnologia Ltda. (d)	(2.139)	(1.809)
Unimed Curitiba Saúde Ocupacional Ltda. (c)	(839)	(756)
Total	<u>(82.492)</u>	<u>(82.382)</u>

Nas transações comerciais com partes relacionadas, a Companhia utiliza preços e prazos definidos entre as partes. Essas operações poderiam apresentar resultados diferentes, caso fossem realizadas com terceiros.

- (a) Refere-se substancialmente ao contrato de Prestação de serviços celebrado entre as partes, onde a Cooperativa compromete-se em prestar serviços de plano de saúde aos colaboradores da controlada.
- b) Refere-se substancialmente ao contrato de Prestação de serviços celebrado entre as partes, onde a controlada compromete-se em prestar serviços de exame laboratorial, vacinas e infusão de medicamentos.

- c) Refere-se substancialmente ao contrato de Prestação de serviços celebrado entre as partes, onde a controlada compromete-se a prestar os serviços inerentes a sua atividade, sendo elas: saúde, treinamento, assessoria e consultoria em segurança, engenharia e medicina no trabalho.
- d) Refere-se substancialmente ao contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes, onde a coligada compromete-se em prestar serviços de licença e desenvolvimento direito de uso de programas e suporte técnico em informática.

Remuneração dos Dirigentes

As despesas com diretores, superintendentes, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comissão de Avaliação de Ato Cooperativista, Comissão Técnica, Comissão Eleitoral, estão demonstrados no quadro abaixo:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Remuneração	9.018	7.700
Encargos	1.836	1.581
Benefícios	281	282
	<u>11.135</u>	<u>9.563</u>

42. RECONCILIAÇÃO ENTRE O RESULTADO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado líquido	47.724	(71.619)	47.724	(71.619)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	13.460	10.709	19.865	18.710
Redução ao valor recuperável ("Impairment")	(70)	609	(70)	609
Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	269	752	311	764
Despesas de comercialização diferidas	(1.351)	(3.193)	(1.351)	(3.193)
Juros sobre arrendamento mercantil	(1.851)	(1.710)	(2.288)	(3.246)
Impostos diferidos	3.093	2.106	4.086	(2.812)
Equivalência patrimonial de investidas	(2.673)	(15.352)	7.866	889
Aumento de investimento por incorporação de lucros/sobras	(14.345)	(28.026)	(6.904)	(28.026)
Receita financeira de aplicações	(92.506)	(90.443)	(97.151)	(94.557)
Provisão (reversão) para perda sobre créditos de liquidação duvidosos	5.037	(154)	5.037	(154)
Provisão para insuficiência de prêmios	(42.983)	42.983	(42.983)	42.983
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	17.663	12.858	17.663	12.858
Provisão para PEONA	(441)	8.871	(441)	8.871
Provisões (reversões) para ações judiciais	47.489	9.067	47.522	9.038

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
(Aumento) diminuição das contas do ativo:				
Contraprestação pecuniária a receber	(28.593)	(21.472)	(28.593)	(21.472)
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	(5.071)	(2.456)	(5.071)	(2.456)
Operadoras de planos de assistência à saúde	(44.364)	3.162	(44.364)	3.162
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	3.754	(3.534)	3.754	(3.534)
Créditos tributários e previdenciários	25.074	(16.546)	22.777	(17.305)
Aplicações financeiras	199.544	146.328	205.556	140.027
Créditos não relacionados com planos de saúde da Operadora	7.665	(20.552)	6.583	(21.039)
Depósitos judiciais e fiscais	(22.747)	(18.387)	(22.747)	(18.387)
Outros ativos	(21.194)	(9.508)	(32.564)	(8.684)
Aumento (diminuição) das contas do passivo:				
Contraprestação não ganha - PPCNG	8.286	7.456	8.286	7.456
Eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	46.491	43.116	46.262	43.084
Contraprestações a restituir	313	(2.350)	313	(2.350)
Receita antecipada de contraprestações	(415)	374	(415)	374
Comercialização sobre operações de assistência à Saúde	(3.492)	4.599	(3.492)	4.599
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	3.387	4.130	3.387	4.130
Tributos e encargos sociais a recolher	23.949	6.390	25.020	7.388
Débitos não relacionados com planos de saúde da Operadora	(9.345)	29.461	(7.332)	29.597
Débitos diversos	(1.529)	7.910	(810)	11.018
Pagamento de ações judiciais	(36.560)	(20.834)	(36.573)	(20.834)
Caixa gerado nas operações	123.668	14.745	138.863	25.889
Pagamento de IRPJ e CSLL	(8.027)	-	(8.966)	(1.241)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	115.641	14.745	129.897	24.648

43. DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS E PERDAS DE ATO COOPERADO E NÃO COOPERADO (CONTROLADORA)

Atendendo ao disposto na ITG 2004 - Entidades Cooperativas, demonstramos a seguir o resultado dos atos cooperativos e atos não cooperativos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

	2023		
	Ato cooperativo	Ato não cooperativo	Total
Contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde			
Contraprestações líquidas	3.033.003	124.804	3.157.807
Varição das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	41.303	1.680	42.983
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(39.257)	(2.949)	(42.206)
	<u>3.005.049</u>	<u>123.535</u>	<u>3.158.584</u>
Eventos indenizáveis líquidos			
Eventos conhecidos ou avisados	(2.600.904)	(91.084)	(2.691.988)
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados	1.062	(620)	442
	<u>(2.599.842)</u>	<u>(91.704)</u>	<u>(2.691.546)</u>
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	<u>435.207</u>	<u>31.831</u>	<u>467.038</u>
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	17.004	688	17.692

	2023		
	Ato cooperativo	Ato não cooperativo	Total
Receitas de assist. à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora			
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	8.906	-	8.906
Receitas com administração de intercâmbio eventual - assist. médico hospitalar	20.290	1.082	21.372
Outras receitas operacionais	5.995	21.271	27.266
	<u>35.191</u>	<u>22.353</u>	<u>57.544</u>
Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	(306)	(767)	(1.073)
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde			
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(76.655)	(17.667)	(94.322)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(825)	(34)	(859)
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assist. a saúde	-	-	-
Provisão para perdas sobre créditos	(24.110)	(977)	(25.087)
	<u>(101.590)</u>	<u>(18.678)</u>	<u>(120.268)</u>
Outras despesas operacionais de assist. à saúde não relacionados	(55.413)	(9.908)	(65.321)
Resultado bruto	<u>330.093</u>	<u>25.519</u>	<u>355.612</u>
Despesas de comercialização	(139.030)	(5.632)	(144.662)
Despesas administrativas	(223.330)	(9.412)	(232.742)
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras	124.243	5.034	129.277
Despesas financeiras	(35.236)	(1.427)	(36.663)
	<u>89.007</u>	<u>3.607</u>	<u>92.614</u>
Resultado patrimonial líquido			
Receitas patrimoniais	15.021	1.211	16.232
Despesas patrimoniais	(8.753)	(354)	(9.107)
	<u>6.268</u>	<u>857</u>	<u>7.125</u>
Resultado antes dos impostos	<u>63.008</u>	<u>14.939</u>	<u>77.947</u>
Imposto de renda (*)	(17.813)	(2.000)	(19.813)
Contribuição social (*)	(6.099)	(1.218)	(7.317)
Impostos diferidos	(2.844)	(249)	(3.093)
Resultado líquido	<u>36.252</u>	<u>11.472</u>	<u>47.724</u>
	2022		
	Ato cooperativo	Ato não cooperativo	Total
Contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde			
Contraprestações líquidas	2.604.295	105.907	2.710.202
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(41.331)	(1.652)	(42.983)
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(26.747)	(1.965)	(28.712)
	<u>2.536.217</u>	<u>102.290</u>	<u>2.638.507</u>
Eventos indenizáveis líquidos			
Eventos conhecidos ou avisados	(2.352.999)	(80.882)	(2.433.881)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	(6.061)	(2.810)	(8.871)
	<u>(2.359.060)</u>	<u>(83.692)</u>	<u>(2.442.752)</u>
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	<u>177.157</u>	<u>18.598</u>	<u>195.755</u>
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	19.562	796	20.358

	2022		Total
	Ato cooperativo	Ato não cooperativo	
Receitas de assist. à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora			
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	8.590	-	8.590
Receitas com administração de intercâmbio eventual - assist. médico hospitalar	22.008	1.379	23.387
Outras receitas operacionais	5.684	17.499	23.183
	<u>36.282</u>	<u>18.878</u>	<u>55.160</u>
Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	(318)	(610)	(928)
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde			
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(49.896)	(15.234)	(65.130)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(4.096)	(166)	(4.262)
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assist. a saúde	1	-	1
Provisão para perdas sobre créditos	(17.216)	(701)	(17.917)
	<u>(71.207)</u>	<u>(16.101)</u>	<u>(87.308)</u>
Outras despesas operacionais de assist. à saúde não relacionados	(49.544)	(8.239)	(57.783)
Resultado bruto	<u>111.932</u>	<u>13.322</u>	<u>125.254</u>
Despesas de comercialização	(123.745)	(5.038)	(128.783)
Despesas administrativas	(194.761)	(8.369)	(203.130)
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras	113.960	4.640	118.600
Despesas financeiras	(23.738)	(966)	(24.704)
	<u>90.222</u>	<u>3.674</u>	<u>93.896</u>
Resultado patrimonial líquido			
Receitas patrimoniais	42.041	2.182	44.223
Despesas patrimoniais	(2.298)	(94)	(2.392)
	<u>39.743</u>	<u>2.088</u>	<u>41.831</u>
Resultado antes dos impostos	<u>(76.609)</u>	<u>5.677</u>	<u>(70.932)</u>
Imposto de renda (*)	1.030	-	1.030
Contribuição social (*)	389	-	389
Impostos diferidos	(1.951)	(155)	(2.106)
Resultado líquido	<u>(77.141)</u>	<u>5.522</u>	<u>(71.619)</u>

(*) O imposto de renda e a contribuição social sobre atos cooperativos decorrem substancialmente dos rendimentos das aplicações financeiras e do ato cooperativo auxiliar.

44. TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVO - TAP

Para a modalidade de contratação individual/familiar foram identificadas insuficiências nas estimativas correntes dos fluxos de caixa a partir do 1º ano (2024), conforme quadro abaixo:

Resultado das estimativas correntes dos fluxos de caixa a valor presente na data base de 31 de dezembro de 2023.

Prazo	Receitas de mensalidades	Despesas Totais	Resultado
1º ano (2024)	1.329.272	(1.606.133)	(276.861)
2º ano (2025)	1.122.018	(1.388.945)	(266.927)
3º ano (2026)	959.570	(1.208.233)	(248.663)
4º ano (2027)	815.044	(1.052.194)	(237.150)
5º ano (2028)	695.485	(916.360)	(220.875)
6º ano (2029)	590.033	(797.939)	(207.906)
7º ano (2030)	501.872	(694.653)	(192.781)
8º ano (2031)	425.035	(604.566)	(179.531)
Total apurado da insuficiência			<u>(1.830.694)</u>

45. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

As transações que não afetaram o caixa da Cooperativa estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Direito de uso de arrendamento	3.703	13.051	4.417	28.008
Juros sobre capital a receber	3.007	2.988	-	2.988
Aquisição de ativo imobilizado a prazo	1.127	-	1.130	-
Produção médica capitalizada	19.175	17.857	19.175	17.857
Total	<u>27.012</u>	<u>33.896</u>	<u>24.722</u>	<u>48.853</u>

46. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

A contabilização das combinações de negócios abaixo foi realizada usando o método de aquisição de acordo com o CPC 15 (R1), onde a Cooperativa é considerada a Adquirente. O CPC 15 (R1), requer, entre outras coisas, que os ativos adquiridos e passivos assumidos sejam reconhecidos em seus valores justos na data da aquisição.

Em janeiro de 2023, a UNIMED efetuou a aquisição do Estabelecimento Hospital da Mulher e Maternidade Nossa Senhora de Fátima ("Maternidade"), visando a ampliação dos atendimentos e serviços oferecidos aos clientes. A transação foi efetuada considerando que a UNIMED adquiriu o negócio da Maternidade, contemplando os seus ativos, incluindo ativos intangíveis identificados na aquisição, e os respectivos passivos, mesmo que não tenha adquirido a entidade legal representativa do negócio. Como parte do contrato de trespasse, os ativos e passivos da Maternidade foram e/ou serão transferidos legalmente para a UNIMED conforme determinadas condições documentais, consideradas perfunctórias, sejam completadas. Dessa forma, a transação foi contabilizada como se tais ativos e passivos tivessem sido adquiridos diretamente, sem a representação de um investimento pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da Controladora.

Contraprestação transferida

A contraprestação total acordada foi de R\$38.450, a serem pagos aos controladores, conforme condições previstas no contrato de trespasse. Em 31 de dezembro de 2023, o montante remanescente a pagar decorrente da transação era de R\$2.400.

O caixa líquido da combinação de negócios, incluído na demonstração do fluxo de caixa substancialmente nas linhas de aquisição de ativo imobilizado hospitalar e ativo intangível, em atividades de investimento, é conforme segue:

Contraprestação acordada	38.450
Valor a pagar em 31 de dezembro de 2023	(2.400)
Caixa advindo da adquirida	<u>(53)</u>
Caixa líquido	<u><u>35.997</u></u>

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição (jan/23) dos itens mais relevantes da contraprestação transferida, bem como ativos identificáveis e passivos assumidos.

Ativos a valor justo	
Mais valia de terrenos	29.800
Mais valia de edificações	15.752
Terrenos e edificações – custo histórico	12.247
Marca	14.039
Outros ativos adquiridos	<u>5.575</u>
Total de ativos	<u><u>77.413</u></u>
Passivos a valor justo	
Empréstimos	18.314
Fornecedores	1.211
Outras obrigações	7.405
Provisões	15.974
Patrimônio líquido	<u>34.509</u>
Total de passivos + Patrimônio líquido	<u><u>77.413</u></u>

Ágio

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação paga	38.450
(-) Ativos líquidos – patrimônio líquido	34.510
Ágio	3.940

Marca

Para a avaliação da marca, foi utilizada a abordagem da renda (“income approach”) pelo método de Royalty Relief, devido à possibilidade de se atribuir um fluxo de caixa gerado pelo valor economizado por não alugar uma marca, considerando uma taxa de 3,57%.

Para a marca, foi atribuída a vida útil de 22 anos para a amortização da marca.

Ativos imobilizados

Para a determinação do valor justo dos ativos imobilizados, foi realizado a contratação de avaliador independente para a mensuração do valor justo dos terrenos e edificações adquiridas.

Para as edificações, foi atribuído a vida útil de 60 anos para a amortização da mais valia das edificações.

ADMINISTRAÇÃO

Dr. Rached Hajar Traya
Diretor Presidente

Dr. Yugo William Sakamoto
Diretor Financeiro

Maria Terezinha Kremer Laufer
Contadora – CRC-PR-040019/O-2

Luiz Fernando Vendramini
Atuário – MIBA 1.307

PARECER DO CONSELHO FISCAL – GESTÃO 2023

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal - Gestão 2023 da UNIMED CURITIBA – SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações de Sobras e Perdas, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas que fazem parte do balanço referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Com base nos documentos analisados ao longo do ano e, em concordância com a Assessoria Contábil independente contratada pelo Conselho Fiscal “Mitte Consultoria”, nos esclarecimentos apresentados e no relatório, emitido pela empresa Delloitte Auditores Independentes, o parecer deste Conselho Fiscal é que os citados documentos estão em conformidade com as prescrições legais da Agência Nacional de Saúde Suplementar e que a posição patrimonial e econômico-financeira em 31 de dezembro de 2023, expressada nas Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, elaboradas sob responsabilidade da Diretoria Executiva da Unimed Curitiba, refletem as condições da Cooperativa naquela data, razão pela qual recomendam a aprovação do conjunto das Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e do Relatório da Auditoria Independente, em todos os seus termos, para o conhecimento, apreciação e deliberação da prestação de contas pela Assembleia Geral de Cooperados.

Curitiba, 14 de março de 2024.



DR. EDUARDO WEI KIN CHIN

Conselheiro Fiscal



DR. WALMOR LEMKE

Conselheiro Fiscal



DRA. TANIA BOURSCHIED

Conselheira Fiscal



DR. WALTER SHINDY HIRAGA

Conselheiro Fiscal



DRA. GISELE ALCÂNTARA DE O. MUSSE

Conselheira Fiscal



DRA. ADRIANA REGINA N. GODOY

Conselheira Fiscal

